



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

LABORATÓRIO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM JORNALISMO

Priscila Cristina Ferreira

**EFEITOS DISCURSIVOS DA PARÁFRASE E DA
POLISSEMIA EM *O BRASIL QUE EU QUERO***

CAMPINAS,

2021

Priscila Cristina Ferreira

**EFEITOS DISCURSIVOS DA PARÁFRASE E DA POLISSEMIA EM O
*BRASIL QUE EU QUERO***

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem e Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestra em Divulgação Científica e Cultural na área de Divulgação Científica e Cultural.

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação defendida pela aluna Priscila Cristina Ferreira e orientada pela Profa. Dra. Greciely Cristina da Costa.

Orientador (a): Prof(a). Dr(a). Greciely Cristina da Costa

CAMPINAS,

2021

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Tiago Pereira Nocera - CRB 8/10468

F413e Ferreira, Priscila Cristina, 1993-
Efeitos discursivos da paráfrase e da polissemia em *O Brasil que eu quero /*
Priscila Cristina Ferreira. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Greciely Cristina da Costa.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Estudos da Linguagem.

1. Análise do discurso. 2. Paráfrase. 3. Polissemia. 4. Rede Globo. I. Costa,
Greciely Cristina da, 1980-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Discursive effects of paraphrase and polysemy in the *Brazil that i*
Want

Palavras-chave em inglês:

Discourse analysis

Paraphrase

Polysemy

Rede Globo

Área de concentração: Divulgação Científica e Cultural

Titulação: Mestra em Divulgação Científica e Cultural

Banca examinadora:

Greciely Cristina da Costa [Orientador]

Cristiane Pereira Costa Dias

Maraisa Lopes

Data de defesa: 06-12-2021

Programa de Pós-Graduação: Divulgação Científica e Cultural

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-4428-801>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/1338439887554240>

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Greciely Cristina da Costa

Pós-Graduação em Divulgação Científica e Cultural (UNICAMP)

Prof^ª Dr^ª Cristiane Pereira Costa Dias

Pós-Graduação em Divulgação Científica e Cultural (UNICAMP)

Prof^ª Dr^ª Maraisa Lopes

Linguística (UFPI)

IEL/UNICAMP

2021

Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós-graduação do IEL.

Dedico esse trabalho aos meus pais, pois apesar de nunca terem tido a chance de cursar o Ensino Superior, nunca mediram esforços para que eu adentrasse em uma universidade. Todo o meu amor e orgulho por vocês.

AGRADECIMENTOS

Quando vislumbrava entrar na Unicamp, para desenvolver esse trabalho, não podia nem em meus melhores sonhos imaginar que esse caminho seria tão desafiador, mas também tão gratificante. Justamente, porque uma rede de apoio me ajudou a desenvolvê-lo. Por isso, agradeço infinitamente a todos aqueles que contribuíram para que essa dissertação se materializasse. Sem vocês nada disso seria possível.

Agradeço a Deus, meu anjo da guarda e Nossa Senhora Aparecida, pois a fé sempre foi combustível para avançar na realização desse sonho.

Aos meus pais, irmãos: Aline e Juninho, por todo apoio, amor, atenção, confiança. Vocês sempre foram a base de todos os meus projetos.

Aos meus amigos Allison, Thaís, Clevis, Milena, Samara e Tainá, vocês sempre são luzes na minha vida e contribuíram muito para que eu chegasse até aqui.

Ao Anderson, meu amor, por todo incentivo, apoio nesse percurso.

À professora Greci Costa pela contribuição enriquecedora, acolhedora, pelo incentivo, carinho, atenção. Pelas orientações engrandecedoras, as conversas generosas, leituras compartilhadas e discussões privilegiadas.

À professora Marta Mourão Kanashiro, pela contribuição, generosidade, conhecimento e direção. Suas aulas mudaram o rumo dessa dissertação.

À professora Maraisa Lopes, pela disponibilidade, contribuição, generosidade. Suas indicações leituras e comentários contribuíram muito com esse trabalho.

À professora Cristiane Dias, por toda atenção, acompanhamento, leituras, discussões enriquecedoras e contribuições nesse trabalho.

Ao professor Rodrigo Bastos Cunha, especialmente, pelas contribuições iniciais nessa dissertação.

Ao grupo de Pesquisa diADorim, por todo amparo, apoio, parceria e discussões enriquecedoras.

Ao Labjor e todos os docentes, técnicos, funcionários. Muito obrigada, pela missão de vocês.

Agradeço aos colegas do Portal A12 e Família dos Devotos. Obrigada, pela escuta e conselhos valiosos.

RESUMO

Esta pesquisa propõe refletir sobre os efeitos da paráfrase e polissemia, em um projeto da Televisão brasileira, “O Brasil que eu quero”, cuja divulgação ocorreu entre janeiro e setembro de 2018, na Tv Globo. A teoria utilizada para embasar esses questionamentos é a Análise de Discurso de Linha Francesa trabalhada por Michel Pêcheux, na França, e continuada por Eni P. Orlandi, no Brasil. Por isso, para essa pesquisa, assistimos a mais de dois mil vídeos que respondem à pergunta lançada pela Rede Globo de Televisão ao seu telespectador: “Que Brasil você quer para o futuro?”. Dentre eles, selecionamos 22 vídeos-respostas para analisar e para nos aprofundarmos melhor na análise de seu funcionamento discursivo em torno do movimento da paráfrase e da polissemia. Dividimos a dissertação em três capítulos. Primeiro, discutimos a questão da paráfrase na Linguística e, mais especificamente, na Análise de Discurso. Em seguida, explicitamos os efeitos da paráfrase e da polissemia. Também, abordamos o processo de significação da cidade no “O Brasil que eu Quero” e a compreensão do funcionamento da falta, da negação, entre outros. Com essa pesquisa, buscamos compreender diversos encadeamentos, desdobramentos e os efeitos discursivos produzidos pela pergunta “Que Brasil você quer para o futuro?”, bem como as respostas para essa mesma interrogação. Observamos que a linguagem não é transparente e que uma simples pergunta pode ter diversos desdobramentos como os que apresentamos nessa dissertação.

Palavras-chave: Análise de Discurso, Rede Globo, Paráfrase, Polissemia.

ABSTRACT

This research proposes to reflect on the effects of paraphrase and polysemy, in a Brazilian television project, “O Brasil que eu Quero”, whose broadcast took place between January and September 2018, on TV Globo. The theory used to support these questions is the French Line Discourse Analysis worked by Michel Pêcheux, in France, and continued by Eni P. Orlandi, in Brazil. Therefore, for this research, we watched more than two thousand videos that answer the question posed by Rede Globo de Televisão to its viewer: “Which Brazil do you want for the future?”. Among them, we selected 22 video-answers to analyze and to delve deeper into the analysis of their discursive functioning around the movement of paraphrase and polysemy. We divided the dissertation into three chapters. First, we discuss the issue of paraphrase in Linguistics and, more specifically, in Discourse Analysis. Next, we explain the effects of paraphrase and polysemy. Also, we approach the process of meaning of the city in “Which Brazil do you want for the future?”, and the understanding of the functioning of lack, denial, among others. With this research, we seek to understand several links, developments and the discursive effects produced by the question “Which Brazil do you want for the future?”, as well as the answers to this same question. We observe that the language is not transparent and that a simple question can have several consequences like the ones presented in this dissertation.

Keywords: Discourse Analysis, Rede Globo, Paraphrase, Polysemy.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1. Balanço das participações no quadro <i>O Brasil que eu quero</i>	36
Figura 2. São Paulo – SP. Vídeo do participante Rodolfo Machado.....	53
Figura 3. Belágua- MA. Vídeo da participante Rayane Sousa.....	56
Figura 4. Salvaterra – PA. Vídeo do participante Judson Silva.....	59
Figura 5. Mãe D’Água – PB. Vídeo do participante Edmilson da Silva.....	61
Figura 6. Cajapó- MA. Vídeo da participante Maria das Neves.....	63
Figura 7. Carandaí- MG. Vídeo do participante Douglas Júnior.....	63
Figura 8. Carandaí- MG. Continuação de vídeo do participante Douglas Júnior.....	64
Figura 9. Alto Araguaia – MT. Vídeo do participante Márcio Borges.....	66
Figura 10. Simulação da Proposta 2.....	67
Figura 11. Simulação da Proposta 3.....	68
Figura 12. Simulação da Proposta 4.....	68
Figura 13. Aracaju – SE. Vídeo da participante Celma dos Santos.....	72
Figura 14. Cascavel – PR. Vídeo da participante Ana Paula.....	73
Figura 15. Campo Mourão – PR. Vídeo do participante Ricardo Barbosa.....	74
Figura 16. Ribeirão Grande – SP. Vídeo do participante Genival Batista.....	76
Figura 17. Bandeira do Sul – MG. Vídeo da participante Adelina Campos.....	78
Figura 18. Jesuânia-GO. Vídeo do participante Douglas Antonio.....	80
Figura 19. Guarda- Mor-MG. Vídeo do participante Calebe de Souza.....	80
Figura 20. Diogo Vasconcelos – MG. Vídeo da participante Melissa Martins.....	81
Figura 21. São Miguel do Gostoso – RN. Vídeo do participante Luiz Faustino.....	82
Figura 22. Ibiquera – BA. Vídeo do participante Nadson dos Santos.....	83
Figura 23. Congonhinhas – PR. Vídeo da participante Gabriella Jardim.....	84

Quadros

Quadro 1. Classes, funcionamentos e exemplos.....	22
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	15
DISCURSO, PARÁFRASE E POLISSEMIA	Erro! Indicador não definido.
1.1 A paráfrase nos Estudos Linguísticos	16
1.1.1 A paráfrase e a perspectiva lógica da equivalência	17
1.1.2 A paráfrase e a perspectiva gramatical da sinonímia	19
1.1.3 A paráfrase e a perspectiva retórica da reformulação	20
1.2 Paráfrase e Polissemia na Análise de Discurso	25
1.2.1 Polissemia	31
CAPÍTULO 2	35
EFEITOS DA PARÁFRASE E DA POLISSEMIA NO PROJETO <i>O BRASIL QUE EU QUERO</i>	35
2.1 Proposta de <i>O Brasil que eu quero</i> e suas condições discursivas de produção	35
2.1.1 Rede Globo.....	40
2.1.2 Situação Política.....	42
2.1.3 Cidade no discurso	46
2.2 Pergunta e resposta em descrição	47
CAPÍTULO 3	52
DISCURSOS EM FUNCIONAMENTO EM <i>O BRASIL QUE EU QUERO</i>	52
3.1 Sentidos entre o mesmo e o diferente	52
3.2 O Brasil que eu não quero	61
3.3 Sentidos de <i>futuro</i>	74
3.4 Repetição e ruptura	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS: O MESMO E O DIFERENTE	86
REFERÊNCIAS	88

INTRODUÇÃO¹

O Brasil que eu quero é que todos os governantes do nosso país toma vergonha na cara e vai trabalhar para a população que 'ta' muito sofrida, muito sofrida nos hospitais né? Em todo lugar do país. 'Ta tudo' sofrida.

(Recorte 12)

O telejornalismo há décadas está presente na grade da programação televisiva dos brasileiros, estando intrinsecamente ligado ao cotidiano de cada cidadão desse país de assistir TV, ou da maior parte como sinaliza a pesquisa feita pelo IBGE (em 2019, ao todo, 96,3% dos domicílios possuem o aparelho televisivo)². Por isso, partimos do pressuposto de que quando a proposta do projeto *O Brasil que eu quero* foi divulgada em um telejornal da maior emissora de canal aberto do país, a Rede Globo, ele teve ampla adesão dos telespectadores. Pautado em uma pergunta que “deveria” ser respondida pelos telespectadores, a saber, “Que Brasil você quer para o futuro?”, o projeto da Globo recebeu mais de cinquenta mil respostas. O que nos levou, a princípio, a indagar: “como a TV Globo conseguiu mobilizar mais de cinquenta mil brasileiros a responderem uma única pergunta?”³. Tínhamos, então, como proposta inicial trabalhar com a divulgação do projeto, levantando questões relacionadas ao veículo de comunicação, seu alcance e seu público.

Porém, ao cursar disciplinas da área da linguagem, no decorrer do mestrado, em conjunto com o desenvolvimento do trabalho, ficamos diante de outras possibilidades de estudo, por exemplo, a de analisar os funcionamentos próprios às respostas dadas pelos telespectadores, visando pensar sobre as implicações de uma pergunta que coloca em cena uma emissora de TV, o brasileiro, o país e o futuro, ou desejo de futuro. Importante frisar que, a partir desse instante, saímos do escopo da comunicação e passamos ao escopo teórico da Análise de Discurso, pois redefinimos não só dispositivo teórico que sustentaria essa pesquisa e as relações que, entrelaçadas no projeto, poderiam ser discutidas, como também passamos a entender de que modo se realiza uma pesquisa nesta área.

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito do Projeto de Pesquisa “Imagens da Cidade: Discurso e Produção do Conhecimento”, financiado pela FAPESP – Processo: 18/26073-8. Coordenado pela pesquisadora Grciely Costa do Laboratório de Estudos Urbanos - Labeurb - da UNICAMP.

² IBGE, 2019: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>

³ G1 - O Brasil que eu quero: <https://g1.globo.com/o-brasil-que-eu-quer/>

De acordo com Orlandi (2012, p.10), a “relação teoria/método/procedimentos analíticos/objeto [...] são inseparáveis e devem ter, entre si, uma relação de consistência” para que se realize um estudo de filiação à Análise de Discurso. Com base nisso, o projeto *O Brasil que eu quero* e seus discursos, enquanto objeto de análise, passaram a ser observado de outra perspectiva. Começamos a buscar construir nosso dispositivo analítico e nosso procedimento de análise, re-situando nosso objeto, a partir do que nos interrogava no projeto.

Passamos a nos interessar pelo funcionamento dos discursos produzidos pelo projeto; começamos a pensar sobre sentidos que poderiam vir à tona na formulação das respostas que eram enviadas pelos telespectadores; e, também, sobre os sentidos que se repetem na relação das respostas à interrogação enunciada pela Globo: “Que Brasil você quer para o futuro?”.

Aliás, importante, em termos de método, dar ênfase ao objeto de pesquisa *O Brasil que eu quero* e seus discursos. Esse projeto surge quando uma pergunta é lançada aos telespectadores em janeiro de 2018: “Que Brasil você quer para o futuro?”. Essa pergunta articulada com a Análise de Discurso possibilita, nessa pesquisa, a compreensão dos efeitos de duas forças do dizer, a Paráfrase e Polissemia, que se confrontam no jogo entre a pergunta e as respostas divulgadas do projeto. Com isso, lançamos mão daquilo que Pêcheux (1990) propõe como “expor o olhar leitor à opacidade” tanto da pergunta quanto das respostas.

Sobre a paráfrase, ela também encabeça o nosso dispositivo de análise, enquanto um procedimento heurístico, que possibilita “por em relação o que é dito com o que não é dito, o que é dito aqui com o que é dito em outro lugar, etc.” (ORLANDI, 2012, p. 10). Para compreendermos esse funcionamento, trabalhamos com mais de cinquenta mil vídeos enviados à TV Globo, de 99,5% dos municípios no país, segundo a própria divulgação da emissora. Para a pesquisa, estes dados são importantes, porque suscitam inquietações referentes à constituição de discursos sobre o Brasil, futuro e os sentidos de esperança, além de possibilitarem reflexões acerca da circulação desses discursos.

Ademais, cabe destacar a relevância das formações imaginárias que a TV e as mídias digitais podem construir para os telespectadores, pois como explica Dela-Silva, “A formação imaginária da televisão como disponível a todos, sem restrições a gênero, classe social, faixa etária ou nível de escolaridade, é uma segunda marca de sua constituição discursiva como mídia” (DELA-SILVA, 2008, p. 210). No entanto, neste trabalho, o foco não se trata de disponibilidade ou de acesso à televisão, mas da maneira como discursos produzidos por ela podem fazer circular, apagar, ou interditar discursividades e, assim, afetar as práticas sociais.

Diante de mais de cinquenta mil vídeos e para uma análise mais aprofundada, o *corpus* de análise da pesquisa se estrutura então em torno da pergunta e de vinte e duas

respostas divulgadas pelo projeto *O Brasil, que eu quero*. Vale ressaltar que compreendemos a constituição do *corpus* enquanto “um sistema diversificado, estratificado, disjunto, laminado, internamente contraditório, e não um reservatório homogêneo de informações ou de justaposição de homogeneidades contrastadas” (PÊCHEUX & LÉON, 2011 [1982], p. 165).

Para a seleção das respostas, foram utilizados fatores de inclusão e exclusão de recortes, ou seja, na busca por compreender como a paráfrase e polissemia operam, nos detemos em discursos com marcas e vestígios desses funcionamentos. A pergunta central para a delimitação do *corpus* consiste em “quais os efeitos da paráfrase e da polissemia no objeto de análise?”, ou melhor, “quais os efeitos da paráfrase e da polissemia na produção de discursos em *O Brasil que eu quero*?”. Para desenvolver essa reflexão, buscamos analisar se as respostas reproduziam sentidos presentes nas lógicas das simulações de respostas, isto é, presente nas respostas simuladas que foram criadas e televisionadas pela Globo, e, por outro lado, se ocorria o trabalho de sentidos que se diferenciavam da simulação das respostas, indo em outra direção. Um embate entre a produção do mesmo sentido e a produção do sentido diferente.

Depois desse primeiro critério para a delimitação do *corpus*, passamos a observar o trabalho do interdiscurso, por exemplo, questionando o funcionamento dos sentidos de esperança cristalizado no imaginário social. Em nossa análise, colocamos o dito (pergunta da Globo) em relação à resposta (o que é dito em outro lugar), ambos remetidos ao não-dito, a fim de compreender como os discursos estão em jogo entre pergunta e respostas do projeto *O Brasil que eu quero*.

Também perguntamos: qual lugar é dado ao telespectador, pela Globo, no projeto, e qual ou quais posições discursivas ocupam aí os sujeitos participantes, isto é, aqueles que participaram do projeto enviando suas respostas?

Além disso, ressaltamos de que forma ocorre a produção da linguagem, pois é a partir dela que emerge a pergunta mobilizadora de nossa análise. De acordo com Orlandi (1996, p. 27), esta produção se dá na articulação dos processos parafrásticos e polissêmicos. Buscamos com isso refletir sobre a formulação, a constituição e a circulação dos discursos, em específico, analisando os efeitos da paráfrase e polissemia em relação à pergunta e as respostas, bem como em relação à imagem dos lugares da cidade e as respostas. Com esses objetivos, centralmente, situamos que:

A polissemia é essa força na linguagem que desloca o mesmo, o garantindo, o sedimentado. Essa tensão básica do discurso, tensão entre o texto e o contexto histórico-social: o conflito entre o "mesmo" e o "diferente", entre a paráfrase e a polissemia (ORLANDI 1996, p. 27, grifos da autora).

Tentamos explicitar este percurso de pesquisa em três capítulos. No primeiro, apresentamos modos de conceber e trabalhar com a noção de Paráfrase na Linguística e, mais especificamente, na Análise de Discurso, porque essa noção se tornou central na análise, uma vez que notamos um movimento de repetição nas respostas dos telespectadores em relação às simulações criadas pela Globo. Apresentamos estudos de Fuchs (1985), Baghat e Hovy (2013), Marta Vila, M. Antonia Martí e Horacio Rodriguez (2011), Orlandi (1996; 2008), Pêcheux (1990), Léon e Pêcheux (2011 [1982]), Azevedo (2013) e (Zoppi, 2002).

No segundo capítulo, lidamos com a historicidade na leitura do projeto *O Brasil que eu quero*, em parte, mostrando o trabalho da Análise de Discurso, bem como observamos o funcionamento na cidade da produção de sentidos, as condições de produção do projeto e iniciamos o movimento de análise. Assim, fazemos considerações importantes sobre a emissora de TV Globo e o projeto *O Brasil que eu quero*. Para esta reflexão, trabalhamos com Orlandi (1996; 2001; 2004; 2005; 2008; 2010), Dela-Silva (2008), (Ramos; Freitas, 2015) e Souza (2016).

No terceiro e último capítulo, trabalhamos com a produção dos sentidos de pobreza, futuro, além de discutir, a partir da negação, sobre o Brasil que o sujeito-participante não quer para o futuro. Além disso, destacamos o funcionamento do vocativo “você” e discutimos o lugar do qual o telespectador fala para a formulação das respostas. Nesta parte, nos baseamos nos estudos de Costa (2018), Courtine (1981), Orlandi (2012) e Pêcheux (1990; 1997; 2012).

Por fim, resta dizer que esperamos que esta pesquisa possa contribuir com os estudos sobre mídia, sobre a relação do sujeito com a produção de sentidos engendrada por ela, e que também traga contribuições para uma reflexão sobre como a televisão, enquanto instituição, atua politicamente na divisão dos sentidos. Assim sendo, esperamos que nosso trabalho também seja uma forma de explicitar as contribuições da Análise de Discurso para essas questões.

CAPÍTULO 1

DISCURSO, PARÁFRASE E POLISSEMIA

No decorrer dessa pesquisa nos propomos a caminhar em consonância com a Análise de Discurso para compreensão do objeto de pesquisa, a saber, os discursos em funcionamento em *O Brasil que eu quero*, projeto realizado pela Rede Globo em 2018. Para isso, o procedimento metodológico consistiu em assistir vídeos de divulgação do projeto, no qual se perguntava ao telespectador “Que Brasil você quer para o futuro” e no qual se apresentava uma simulação, com instruções de que como se devia responder à pergunta, bem como assistir aos vídeos-respostas publicados pela emissora, observando as regularidades discursivas, para depois selecionar os recortes e analisá-los com base em nossa questão e objetivos de pesquisa.

Inicialmente, notamos um movimento de repetição, pois muitas respostas se repetiam em relação às simulações. Um movimento da paráfrase. Por outro lado, notamos o funcionamento de outros sentidos, os quais não haviam sido produzidos antes na proposta elaboradora pela Globo. Um movimento da polissemia. Assim, ao definir o *corpus* de análise, com base na pergunta central – como a paráfrase e a polissemia funcionam na produção de sentidos em *O Brasil que eu quero?* –, conseguimos chegar aos recortes, que deixam vestígios do trabalho dessas duas forças da linguagem. Daí em diante lidamos com os discursos produzidos pela pergunta, pelas simulações de respostas, pelas respostas e, também, como o funcionamento discursivo de imagens que constituem essas perguntas e respostas, bem com o não-dito.

Nesses recortes, percebemos alguns padrões de respostas com sentidos que repetem o que chamamos de lógica das simulações e, também, em contrapartida, respostas que produzem sentidos que, em relação à simulação, se diferenciam, se abrem à polissemia. Esses padrões nos fizeram dar um passo a mais na compreensão dos processos polissêmicos e parafrásticos. Por isso, fomos buscar essa compreensão em autores da Análise de Discurso de linha Francesa, especialmente, em Eni Orlandi (2012, p. 12), pois, de acordo com a autora, “o processo parafrástico é o que permite a produção do mesmo sentido sob várias de suas formas”.

Partimos dessa formulação teórica, que está na base da Análise de Discurso, em busca de compreendermos o processo de produção de sentidos em funcionamento no projeto *O Brasil que eu quero*. Dessa forma, fizemos um breve percurso reflexivo sobre o lugar da paráfrase nas ciências da linguagem, levando em consideração a maneira como essa noção é

compreendida por diferentes perspectivas linguísticas e como ela é definida na própria Análise de Discurso. Especialmente na articulação, sobretudo, com a polissemia, formação discursiva e interdiscurso. Para isso, nos pautamos no estudo de Fuchs (1985), Bhagat e Hovy (2013), Vila, Martí e Rodriguez (2011), Orlandi (1996; 1997; 2007; 2012), Zoppi (2002) e Pêcheux (1982; 2012).

1.1 A paráfrase nos Estudos Linguísticos

No artigo *Paráfrase Linguística*, Fuchs (1985) afirma que a noção de paráfrase aparece nos estudos linguísticos em meados dos anos 1960, em função de pesquisas que se desenvolviam em três linhas: 1) tratamento automático de textos, 2) estudo sistemático de relações entre frases e 3) investigações semânticas. Segundo a autora, esta é uma noção difícil de precisar, podendo se configurar como objeto de uma série de caracterizações divergentes.

A primeira linha compreende as gramáticas transformacionais, para as quais o conceito de paráfrase é tomado como o mesmo sentido entre as sentenças (duas sentenças de uma estrutura produzem o mesmo significado e são derivadas em diferentes transformações, mas não mudam o sentido).

A segunda linha é relativa à análise da palavra ao enunciado, cujo processo centra-se na reformulação do enunciado anterior, mantendo a equivalência semântica. Já na terceira linha, em matéria de tratamento automático de textos, o que se frisa são as regularidades supostamente disponíveis no sistema da língua, compreendendo detalhes que tomam as frases como tendo o mesmo sentido.

Na Linguística, os estudos referentes à paráfrase ainda são muito recorrentes, o que expressa a complexidade do conceito. Fuchs (1985) é uma das pesquisadoras que estuda a paráfrase e trabalha na linguística contemporânea com o conceito de paráfrase atrelado à equivalência semântica entre o enunciado de origem e o enunciado reformulado, chegando a graus de equivalência semântica. Com isso, ao retomar o já-dito, cumpre-se o funcionamento de fixar sentidos, sendo uma tarefa árdua precisar o que é paráfrase e o seu uso, visto que ela pode, inclusive, ser palco de diversas divergências em sua caracterização ou definição.

Para Fuchs (1985), há três formas em que a paráfrase é objeto de caracterizações opostas: primeiro, quando é definida pelo conhecimento intuitivo de produzir e reconhecer frases, ao fazer uso da língua, opondo-se ao conhecimento das construções teóricas dos linguistas. Em um segundo momento, quando é caracterizada pela atividade linguística dos

sujeitos, contrapondo-se à reformulação, isto é, a ideia de que um enunciado ou texto reformula o outro. E, por fim, no momento em que é descrita por meio da relação do enunciado e texto-fonte, contrariando a dimensão pragmática do sistema da língua. Posto isso, pontuamos que a paráfrase:

- 1) É um trabalho de interpretação e reformulação, uma atividade linguística dos sujeitos. Além de ser, também, o texto ou o enunciado que reformula o outro, o objeto linguístico que resulta desta atividade.
- 2) É a função sintagmática da sentença do discurso e, também, a dimensão pragmática da sentença da língua.

Fuchs (1985) explica que são três as principais fontes históricas da Linguística que trabalham com a paráfrase, sendo utilizadas pela linguística contemporânea, a saber: a perspectiva lógica da equivalência formal, a perspectiva gramatical da sinonímia e, não menos importante, a perspectiva retórica da reformulação.

1.1.1 A paráfrase e a perspectiva lógica da equivalência

Fuchs (1985, p. 130) explica que “em lógica, duas proposições são ditas ‘equivalentes’ se elas têm o mesmo ‘valor de verdade’”. Ou seja, na perspectiva da linguística formal, alguns linguistas utilizam regras que permitem estabelecer a mesma equivalência nas sentenças. Se forem conjuntamente verdadeiras ou falsas seguem a lógica da equivalência de proposições.

Considerando o que a autora aponta acerca desta visão, podemos dar, como exemplos, as seguintes sentenças:

Ele escreve mais do que eu = Eu escrevo menos do que ele

Os meus pais estão vivos = Meus pais não morreram

Não há ninguém no mundo que não goste de sorvete = Todos gostam de sorvete

Porém, outros linguistas negam o critério de valor de verdade, pois encontram dificuldades e limites em tal abordagem da paráfrase, já que a perspectiva lógica não trabalha com a especificidade do sentido, sobre o qual, é importante frisar, se ampara o funcionamento linguístico da paráfrase.

Entretanto, mesmo quando esse grupo de linguistas formais recusa a abordagem da identidade de valores de verdade, retoma-se a proposta da lógica de tratamento da paráfrase

como forma de equivalência, posto que “duas paráfrases são formalmente equivalentes na medida em que elas compartilham uma propriedade comum” (FUCHS, 1985, p. 130). Assim, à medida que duas paráfrases compartilham de um fator em comum, elas são formalmente trabalhadas como equivalentes.

Desta forma, “trata-se de definir as famílias de enunciados que, em língua, são equivalentes” (FUCHS, 1985, p. 130), isto é, considerando que o linguista possa estabelecer, por meio da descrição, o parentesco sintático que afirma terem o mesmo sentido.

Com exceção daqueles pertencentes à escola de Harris, a maior parte dos linguistas formais estabelece as famílias parafrásticas com base na derivação. Nessa perspectiva, acontece a relação entre frases passivas e ativas na paráfrase linguística, como exemplificamos abaixo:

Joana tomou toda a água da garrafa = Toda a água que estava na garrafa foi tomada por Joana

A relação da paráfrase, em termos de equivalência formal, aponta para dois grandes problemas: o impacto semântico das operações de derivação e a consideração do léxico. Na escola de Harris, que propõe estudar a paráfrase com base na constância lexical, trabalha-se apenas com variações de ordem sintática, enquanto a corrente semântica gerativa, ao valorizar o trabalho com a equivalência entre a lexicalização e gramaticalização, demonstra as diferentes possibilidades de construções sintáticas equivalentes de uma mesma unidade lexical.

Trata-se, neste caso, de um trabalho focado na derivação de enunciados estruturalmente assemelhados a partir de uma mesma fórmula. O linguista, então, define se trabalha com operações de efeito semântico variável, quando a relação de paráfrase é secundária e os enunciados parafrásticos constituem um subconjunto de enunciados estruturalmente equivalentes. Na mesma sentença, surgem tanto a afirmação quanto a negação, ou, ainda, a não-alteração semântica e até mesmo o efeito semântico nulo. Nas operações de efeito semântico variável, que pode ser tanto ativo como passivo, segundo os escritos de Fuchs (1985), podemos chegar a um exemplo novamente:

Pedro dirigiu o carro => O carro foi dirigido por Pedro.

Fuchs (1985, p. 131) explica que é preciso determinar, nas operações de derivação, “aqueles que não modificam o sentido, isto é, que engendram paráfrases”, e aqueles

enunciados nos quais a paráfrase é central, já que a derivação não provoca a mudança de sentido.

1.1.2 A paráfrase e a perspectiva gramatical da sinonímia

As reflexões sobre a sinonímia lexical não são novas, já que na Antiguidade os gramáticos refletiam sobre a relação da sinonímia entre as palavras interrogando a questão da identidade verdadeira de sentido ou somente proximidade semântica. Duas posições disputaram espaço: 1. a posição quantitativa (a grande quantidade de palavras com o mesmo sentido) e 2. a posição qualitativa (diferenças de emprego na língua). Em relação à paráfrase, ambas têm destaque e são retomadas em discussões.

Na linguística contemporânea, conforme Fuchs (1985, p. 131), “a abordagem estritamente sintática da paráfrase repertoria todas as estruturas parafrásticas (sem interrogar sobre a natureza semântica do fenômeno, e se contentando com a ideia intuitiva de uma (certa) ‘identidade de sentido’”. Em vez de privilegiar essa posição, outras abordagens, tais como as da semântica gerativa e da semântica formal, tentam “qualificar no plano da significação aquilo que as parafrases têm em comum e que as diferenciam”. Esta discussão é importante, pois ignorar a natureza semântica de um processo linguístico como o parafrástico é limitá-lo ao aspecto estritamente formal, sem consequências para o estudo da relação entre língua e exterioridade.

Para os clássicos, a sinonímia lexical se definia em termos de identidade de ideia principal e de diferenças de ideias acessórias. Na mesma via, os semanticistas contemporâneos afirmam e caracterizam a paráfrase em um núcleo “significado de base comum, correspondendo mais ou menos ao esquema proposicional/asseverado sobre o qual vêm se exercitar semantismos diferenciais, que modulam diversamente o núcleo de partida (tipo ‘significados secundários variáveis’)” (FUCHS, 1985, p. 132).

A autora explica que alguns teóricos trabalham a paráfrase com a perspectiva da equivalência lógica e da sinonímia semântica, o que possibilita que a paráfrase contradiga o “sentido topicalizado”, ao mesmo tempo em que mantém “o sentido lógico”. Nessa relação da paráfrase, duas questões surgem: a diferença semântica e a qualificação das semelhanças. Sem esquecer, é claro, da presença da ideia intuitiva de identidade de sentido na consciência linguística dos locutores.

A identidade referencial estabelece uma condição necessária, mas não absoluta da sinonímia. Um exemplo se dá quando se refere a um acontecimento semanticamente contraditório, como uma tragédia ou como uma oportunidade. Deste modo, a sinonímia opõe o sentido à referência, e essas variações são importantes, pois o enunciador escolhe, dentre tantas famílias parafrásticas, as soluções equivalentes, tendo em vista a referência ou a significação denotativa, o que reflete sua importância.

Surge, também, uma segunda questão, caso uma concepção simples e pura de sentidos se comprove insuficiente para uma análise sinonímica, funcionando até certo ponto, posto que o enunciador, por exemplo, possa escolher trabalhar com duas expressões semanticamente iguais, após apagar as diferenças. Em contrapartida, as diferenças podem ser vistas em duas expressões sinonímias como significativas para possibilitar o processo de substituição ou identificação semântica.

Tratar a paráfrase como relação virtual na língua é uma característica semelhante em duas abordagens, especificamente, a equivalência formal e sinônímia semântica, manifestando-se “como uma propriedade intrínseca de grupos de enunciados” (FUCHS, 1985, 133). Isso permite que o linguista possa antecipar a relação de paráfrase.

1.1.3 A paráfrase e a perspectiva retórica da reformulação

No plano do discurso, a paráfrase é abordada pela tradição retórica e literária como uma atividade de reformulação pela qual o locutor restaura, em partes ou totalmente, o conteúdo de um texto-fonte sob a forma de um texto secundário. A paráfrase, nessa perspectiva, ocorre através do trabalho da interpretação do texto-fonte que sustenta a reformulação parafrástica.

Segundo Fuchs (1985), nesta linha, encontram-se diversos enfoques de paráfrase, tais como das perspectivas enunciativas, discursivas e pragmáticas, que apresentam três questões. A primeira refere-se a uma interpretação predecessora de um texto primário, possibilitando a variabilidade do trabalho, por conta da própria interpretação. A segunda consiste na reformulação parafrástica e se dá por meio da identificação da significação do texto-fonte, abrindo, ademais, para a interpretação no momento em que o enunciador o produz como paráfrase.

Por último, está a questão das formas do metalinguístico da linguagem, estas que traduzem a reformulação parafrástica, como em: *casa*, quero dizer, *lar*; *casa* e *lar* possuem o

mesmo significado; *casa*, em outras palavras, *lar*. Desta forma, alguns discursos confirmam cadeias de reformulações explícitas, sendo que essa reflexão abre a possibilidade sobre articular a língua e o discurso, questionamentos existentes na Análise de Discurso de linha francesa (AD) que abordaremos mais à frente.

Porém, antes de analisarmos a paráfrase da perspectiva da Análise de Discurso, observaremos, ainda, como alguns estudos propõem pensar a paráfrase linguisticamente. Por isso, apresentamos a maneira como Baghat e Hovy (2013) propõem caracterizar a paráfrase.

No artigo “Whats is a paraphrase?”, os autores explicam sobre como chegaram à classificação de vinte e cinco classes de “*quasi*paráfrases”, por meio do que consideram uma equivalência aproximada, o que possui o seu alto grau de dificuldade:

Embora a equivalência aproximada seja difícil de caracterizar, não é um fenômeno completamente desestruturado. Ao estudar várias teorias parafraseadas existentes — Mel'cuk (2012), Harris (1981), Honeck (1971)— e através de uma análise de paráfrases obtidas de duas corporações diferentes, descobrimos que podemos identificar um conjunto de 25 classes de *quasi*-parafrases, com cada classe tendo sua própria maneira específica de flexibilizar as exigência de equivalência semântica estrita. Nesta seção, definimos e descrevemos essas classes (BAGHAT E HOVY, 2013, p. 465, tradução nossa).

A utilização no artigo do termo “*quasi*” é feita para definir uma compreensão mais ampla sobre paráfrase e que não vem da visão estrita da lógica, nem da vasta visão da linguística, mas que frisa o caráter aproximado de equivalência. A expressão “*quasi*” vem do latim e será mantida nesta dissertação. Para sintetizar o modo como Baghat e Hovy (2013) classificam e caracterizam as 25 classes, apresentamos o quadro a seguir, que contém as classes, o funcionamento de cada classe, ou o que a caracteriza cada classe, seguido de um exemplo. Elaboramos este quadro com os exemplos, para ilustrar melhor as 25 classes de *quase* – paráfrase.

Quadro 1: Classes, funcionamentos e exemplos.

Classe	Como funciona?	Exemplo
1-Substituição de sinônimo	Palavras e frases são alteradas por palavras e frases sinônimas.	O João foi a escola => João foi ao colégio.
2-Substituição antônimo	Trabalha com a substituição de antônimo, em que frases e palavras são substituídas por seus antônimos e, também, por uma negação ou palavra que nega a anterior.	A Beca comeu muito => A Beca não morreu de fome.

3-Substituição inversa	Nessa classe, palavras/frases são substituídas pelo inverso do que estava estabelecido.	O Facebook comprou o Instagram => O Instagram foi vendido para o Facebook.
4-Mudança de voz	O funcionamento ocorre ao mudar um verbo de sua voz ativa para passiva ou da voz passiva para a ativa.	O João ama a Ana => A Ana é amada por João.
5- Mudança de pessoa	Trata-se de alterar a pessoa gramatical de um objeto referenciado	A Ana disse: “amo pipoca”. => A Ana disse que amava pipoca.
6- Substituição de Pronome/Co-referente	Ocorre quando há substituição de um pronome por um sintagma nominal	O João gosta da Clara porque ele é esperto => João gosta da Clara porque ela é esperta.
7-Repetição/Elipse	A substituição acontece tanto por conta da Elipse como pela Construção elíptica.	A Mônica pode comer muito e o Rafael também => A Mônica pode comer muito e o Rafael pode também.
8- Variações de palavras funcionais	O funcionamento ocorre quando há alteração das palavras em uma frase sem alterar a sua semântica. Essas palavras podem ser, por exemplo, verbos.	Isabel fez uma boa apresentação => A apresentação de Isabel foi interessante.
9- Substituição Ator / Ação	Quando há substituição de uma ação por caracterizar o ator dessa ação.	Eu não gosto de motoristas imprudentes => Eu não gosto de direção imprudente.
10-Substituição de verbo/ “Substantivo de papel semântico”	A alteração ocorre quando há substituição do verbo por um substantivo correspondente ao agente da ação, ao pacivo da ação ou ao instrumento/ meio usado para a ação	Roberto ensina Pedro => Pedro é aluno de Roberto.

11-Manipulação/ Substituição de dispositivo	A substituição ocorre quando o nome de um dispositivo/objeto muda em detrimento de palavra/frase que denota a pessoa que utiliza do dispositivo/objeto. O mesmo ocorre quando há substituição de palavra/frase pelo dispositivo.	O motorista parou o carro por causa da chuva => O carro parou por causa da chuva.
12- Substituição geral / específica	Quando há substituição de frase/palavra mais geral por uma mais específica ou vice-versa.	João joga bola neste final de semana => João joga bola neste sábado.
13- Substituição de metáfora	A “quase-paráfrase” ocorre quando há a substituição de um substantivo pelo seu uso metafórico padrão ou o uso metafórico pelo substantivo	O Relacionamento de Camila e Pedro é cheio de brigas => O Relacionamento de Camila e Pedro é um campo de batalha
14- Substituição de parte / todo	Quando há substituição de uma palavra por seu todo, ou o todo por sua parte ocorre o funcionamento de uma “quase-paráfrase.”	A seleção brasileira de futebol é a melhor => O futebol brasileiro é o melhor.
15- Substituição de verbo/substantivo	A alteração ocorre através de um verbo, que é substituído por um substantivo nominalizado.	O Exército prendeu o terrorista => O exército sujeitou o terrorista à prisão.
16- Substituição de de Verbo / Adjetivo	Mudança de um verbo pela forma de um adjetivo e vice-versa.	Bruno ama chocolate => O chocolate é delicioso para Bruno.
17-Substituição de verbo/ advérbio	Quando um verbo é substituído por sua forma de advérbio correspondente e vice-versa.	Daniel se gabava de sua namorada => Daniel falou com orgulho de sua namorada.
18- Substituição de Substantivo/Adjetivo	Quando um verbo é substituído pela sua forma de adjetivo.	Vou tirar carta de motorista até o final de dezembro => Vou

		dirigir até dezembro.
19- Alteração de Verbo-preposição /Substituição de substantivo.	Mudança de verbo por uma preposição, que denota uma localização por substantivo, que acaba por resultar, também, em uma localização ou vice-versa.	Os finalistas jogarão no Pacaembu => O Estágio do Pacaembu será palco para os finalistas.
20-Mudança de tempo.	A substituição ocorre quando há mudança do tempo verbal dentro de um contexto apropriado.	Priscila gosta muito de futebol => Priscila gostava muito de futebol.
21- Mudança de aspecto.	A substituição ocorre quando há mudança de aspecto de um verbo.	Gabriel está chegando hoje => Gabriel chega hoje.
22- Mudança de modalidade.	Mudança de verbos auxiliares verbais, que podem ser acompanhados com adição ou exclusão de palavras.	O Facebook deve comprar o Instagram => O Facebook comprou o Instagram.
23- Implicação semântica.	Substituir uma palavra ou frase, que indica sua ação, evento por seu possível efeito futuro.	O Bradesco está em negociação para comprar o Santander. => O Bradesco comprou o Santander.
24- Equivalências numéricas aproximadas	Quando há a substituição numérica por outra expressão numérica aproximadamente.	Tenho pelo menos R\$58 reais. => Tenho cerca de R\$60 reais.
25-Conhecimento externo	Para finalizar as classes, os teóricos Baghat e Hovy (2013) trabalham com o Conhecimento externo, que tem seu funcionamento por meio da substituição de uma palavra ou frase por outra palavra ou frase com base em um conhecimento extralinguístico, que extrapola a língua de origem e chega a outros mecanismos linguísticos.	Devemos trabalhar muito para ganhar a eleição de 2022 => O Partido dos Trabalhadores deve trabalhar muito para ganhar a eleição de 2022.

Fonte: Elaborado pela autora.

Outros autores que trabalham com a paráfrase e apresentam um ponto de vista que merece atenção são Marta Vila, M. Antonia Martí e Horacio Rodriguez (2011). Esses autores

apontam para a uniformidade de sentidos em diferentes formulações, ou seja, o conteúdo semântico permanece o mesmo apesar das diferentes formas lexicais.

Vila, Martí e Rodriguez (2011) explicam que outros autores que também estudam a paráfrase tendem a refletir considerando que elas se caracterizam pela equivalência semântica aproximada, como é o caso de Baghat e Hovy (2013) que mostramos acima. Contudo, existem paráfrases e fenômenos relacionados a elas, em que o que os aproxima não é mais o significado e sim o valor ilocutório, como o exemplo abaixo:

a. Eu quero um pouco de ar fresco. b. Você poderia abrir a janela? Os exemplos acima ilustram onde devem ser traçados limites entre a paráfrase e os fenômenos relacionados à paráfrase (MARTA VILA, M. ANTÔNIA MARTÍ, HORACIO RODRÍGUEZ, 2011, p. 86).

Através desses limites, os autores levantam hipóteses sobre o grau de proximidade semântica entre as paráfrases e como é possível definir um mapeamento de forma direta, ao correlacionar esse grau de proximidade semântica e a diferença dos conteúdos proposicionais. Isso porque, além de definir a paráfrase pelo grau semântico, algumas outras paráfrases são definidas por meio do valor ilocutório, ou seja, quando o falante insere a intenção de realizar um objetivo.

Depois de retomar esses estudos ligados a diferentes vertentes linguísticas, daremos um passo a mais para tratar da paráfrase na Análise de Discurso, na tentativa de demonstrar as diferentes maneiras de se trabalhar com esta noção e, também, de apresentar como abordaremos o funcionamento parafrástico em *O Brasil que quero*.

1.2 Paráfrase e Polissemia na Análise de Discurso

A Análise de Discurso teve início na França nos anos 1960 e é fundamentada teoricamente na relação de entremeio de três regiões do conhecimento (a Linguística, a Psicanálise e o Marxismo), no trabalho de constituição de seu objeto: o discurso. Deste modo, a análise de discurso trabalha com estas três regiões do conhecimento, apropriando-se delas, mas sem ser representada individualmente por cada uma delas. Sobre isso, Orlandi (1996) explica que:

A análise de discurso, trabalhando na confluência desses campos de conhecimento, irrompe em suas fronteiras e produz um novo recorte de disciplinas, constituindo um novo objeto que vai afetar essas formas de conhecimento em seu conjunto: esse novo objeto é o discurso (ORLANDI, 1996, p. 20)

A Análise de Discurso inicia um método de compreensão do discurso ligado ao político. Essa relação trabalha a linguagem enquanto fato e não mais como dado (ORLANDI, 2008). Um princípio teórico consiste na consideração de que a materialidade da linguagem é ao mesmo tempo política e histórica. Em decorrência dessa relação, a teoria do discurso desloca o que então se compreendia por língua, história e ideologia, afetando também a maneira de se conceber o sujeito e o sentido.

O fundador da Análise de Discurso de Linha Francesa, Michel Pêcheux reflete sobre a relação da linguagem com a ideologia como explica Orlandi (2008).

De forma geral esse autor trata da relação entre a “evidência subjetiva” e a “evidência do entido”, colocando o discurso no lugar particular em que se articulam a linguagem e a ideologia. No entanto, diz Pêcheux (1969), a teoria do discurso não pode, de forma alguma, substituir uma teoria da ideologia, não mais que uma teoria do inconsciente (embora suponha um sujeito afetado pela ideologia e pelo inconsciente), mas pode intervir no campo dessa teoria (ORLANDI, 2008, p. 32).

Nesse entremeio, a análise de discurso coloca questões à linguística e as ciências sociais. Deixa de refletir a ideologia como o que, por exemplo, é “x”, e passa a refletir sobre o percurso para se produzir o “x” (ORLANDI, 1996, p. 30). Por isso, a forma de compreender ideologia pela Análise de Discurso é diferente do que até então havia sido definido por outras teorias. De acordo com a autora:

Assim é que a própria noção de ideologia é outra na análise de discurso. A noção de história é outra. A noção de sujeito é outra. Porque só se define pelo seu caráter eminente constituído pelo outro termo do sintagma de que participa, ou seja, da *linguagem*. Se a linguagem aparece nesse quadro teórico como a materialidade específica do discurso, este, por sua vez, se define como materialidade específica da ideologia (ORLANDI, 2008, p. 35).

O discurso é entendido como uma mediação necessária entre língua e mundo, ou seja, a Análise de Discurso relaciona a linguagem a sua exterioridade. No discurso, é possível refletir sobre a língua no mundo produzindo sentidos, sendo que na AD, a questão fundamental é o sentido e, para trabalhar com essa especificidade, o dispositivo teórico é constituído de noções, tais como: historicidade, interpretação, interdiscurso, metáfora, ideologia, esquecimento, memória discursiva, condições de produção, formação discursiva, formações imaginárias, opacidade, sujeito, paráfrase e polissemia, formações discursivas (FD).

Pêcheux (1990) trabalha com a noção de discurso, definindo-o como “efeito de sentidos entre locutores” ao invés de “mensagem” em uma troca de informação (proposta pela

teoria da comunicação), justamente porque o autor propõe observar a produção desses efeitos entre interlocutores (A e B) tal como no esquema de PÊCHEUX (1990) explicativo abaixo:

(L)
D
A → B
R

Os elementos do esquema representam, respectivamente:

A: o “destinador”,

B: o “destinatários”,

R: o “referente”

(L): o código linguístico comum a A e a B,

→: O “contato” estabelecido entre A e B

D: a sequência verbal emitida por A em direção a B

Em síntese, o esquema demonstra a relação de interlocução entre o interlocutor (A) e o interlocutor (B) sobre o referente (R). É a partir dessa relação que os sentidos são produzidos como efeito, haja vista que essa relação é atravessada pelo imaginário, que, por sua vez, faz funcionar uma série de imagens (a imagem que A faz de B, que B faz de A, e a imagem de que ambos fazem de R).

A relação de interlocução é um dos focos centrais desta pesquisa, pois, ao se considerar a relação entre o que é dito pela emissora Globo sobre o Brasil “que se quer” e o que é dito pelo telespectador da emissora acerca do Brasil “que ele quer”, se desenha, nesse quadro de interlocução, o referente de Brasil já sendo significado. Nesse movimento entre o que é dito em um discurso por um interlocutor, e o que é dito em outro discurso por outro interlocutor, é que localizamos a tensão entre paráfrase e polissemia.

A paráfrase é um conceito importante na Análise de Discurso. No entanto, o modo de concebê-la se distingue das abordagens linguísticas apresentadas acima.

Pêcheux (1990) afirma que a paráfrase é a matriz dos sentidos. Nesse viés, de modo a explicar a relação paráfrase-matriz de sentidos, Orlandi (1988, p. 20) assinala que o processo parafrástico consiste na “produção do mesmo sentido sob várias de suas formas (matriz da linguagem)”. Então, reside neste processo a compreensão de que não há sentido sem repetição, afinal, para que as palavras façam sentido é necessário já terem produzido sentidos anteriormente. Por esta via, a paráfrase é assim compreendida pela retomada do mesmo

espaço dizível, ao lado da estabilização e repetição de sentidos de um texto. Ou seja, não se trata de uma questão focada na equivalência semântica, sintática ou lexical, nem de mesmo de equivalência aproximada entre classes de palavras. Mas, do recorte de um mesmo espaço de dizer.

Isso sinaliza como Zoppi (2002) explica que essa repetição está ligada ao funcionamento do interdiscurso e da linalidade do dizer. O interdiscurso está ligado ao eixo da constituição do dizer, tem suas características relacionadas à memória quando pensada no discurso. Por isso, ele acaba sendo definido pelos teóricos da Análise de Discurso como aquilo que fala em outro lugar, antes e, por isso, retorna no aspecto de pré-constuído, o já-dito.

De acordo com Pêcheux, o “termo interdiscurso caracteriza um corpo de traços como materialidade discursiva, exterior e anterior à existência de uma sequência dada” (PÊCHEUX, 2011, p. 145). Corpo de traços sócio-históricos que formam memória (*idem*, p. 147). A importância do interdiscurso se deve ao fato dele (res)surgir na produção de sentidos, no modo como o sujeito significa os acontecimentos.

No caso do objeto de nossa pesquisa, há o funcionamento do interdiscurso, ou seja, tudo o que já se disse sobre o Brasil, brasileiros, eleições, voto, período de eleições já significaram e os sentidos dos desejos para o Brasil no futuro têm um efeito sobre o modo como os sujeitos-participantes (os telespectadores) formulam suas respostas. Compreendemos o trabalho do interdiscuso quando analisamos todos os dizeres relacionados à projeção de um país melhor, desejos referentes ao futuro já foram ditos em algum lugar, por alguém, em algum outro momento. As experiências passadas no fio da história, de sujeitos responderem em outra ocasião, de um outro modo essa pergunta (Que Brasil você quer para o futuro?), acaba por ser retomada em algumas respostas, alguns recortes. Ou seja, há um já-dito que retorna na base do dizível (ORLANDI, 1998a).

Como podemos compreender através do funcionamento do interdiscurso, o sentido não existe em si, mas é determinado pelas formações discursivas uma vez que “articulada sobre ideologia, a formação discursiva é totalmente pega pela história, referida a uma relação de forças, pertence a uma conjuntura dada” (MALDIDIER, 2003, p. 52).

Segundo Zoppi-Fontana (2002), as formações discursivas (FD) são parte “integrante do interdiscurso no qual se delimitam, as FD representam regiões estabilização da memória discursiva que se organiza por processos de reformulação parafrástica em movimento contínuo de reconfiguração” (ZOPPI, 2002, p. 179). São, portanto, regionalizações de sentidos no interdiscurso.

Sendo assim, podemos compreender como os sentidos das palavras acabam não tendo sentido em si, mas fazem parte de uma sequência de derivações das formações discursivas, que são determinadas ideologicamente:

As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não seja. Tudo o que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando – se nele. O estudo do discurso explicita a maneira como a linguagem e ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca (ORLANDI, 1996, p. 43).

Outra noção da Análise de Discurso, que vale ser ressaltada aqui é a de metáfora, pois, ela estabelece o modo como as palavras significam e, isso na linha teórica que trabalhamos, aponta para a transferência de sentidos (ORLANDI, 1996). Para Pêcheux (1975; 1978) a metáfora é um processo discursivo:

Continua, pois, bastante verdadeiro o fato de que o “sentido” é produzido no “non-sens” pelo deslizamento sem origem do significante, de onde a instauração do primado da metáfora sobre o sentido, mas é indispensável acrescentar imediatamente que esse deslizamento não desaparece sem deixar traços no sujeito-ego da “forma-sujeito” ideológica, identificada com a evidência de um sentido. Aprender até seu limite máximo a interpelação ideológica como ritual supõe reconhecer que não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas, “uma palavra por outra” é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso (e o mínimo que se pode dizer é que os exemplos são abundantes, seja na cerimônia religiosa, no processo jurídico, na lição pedagógica ou no discurso político) (PÊCHEUX, 1978, p. 277).

Os sentidos estão sempre em curso e os processos discursivos estão ligados às paráfrases nas formações discursivas, podendo haver a transferência de sentidos de uma formação discursiva para outra, acarretando assim a produção de outra significação. Por isso, a pergunta central dessa dissertação se situa sobre os efeitos de sentidos dessas duas forças do dizer: polissemia e paráfrase.

Os processos de reformulação parafrástica são sustentados pelo dizer, que possui uma relação com a constituição do discurso amparada pelo interdiscurso. É ele que constitui os sentidos que se repetem e retomam a memória do dizer. Nessa perspectiva, refletimos sobre a memória, que também abarca o esquecimento:

Memória, portanto, estruturada pelo esquecimento, que funciona por uma modalidade de repetição vertical, que é ao mesmo tempo ausente e presente na série de formulações: ausente porque ela funciona sob o modo do desconhecimento, de um não-sabido, não-reconhecido, que se desloca, e presente em seu efeito de retomo, de já-dito, de efeito de pré-construído, de recorrência das formulações, produzindo a estabilidade dos objetos do discurso (ZOPPI, 2002, p. 4).

Ao compreendermos que o esquecimento tem sua estrutura na memória discursiva, trazemos as reflexões de Orlandi (2014) sobre o esquecimento de sentidos e sua relação com a produção de significação. Segundo a autora:

É quando esquecemos como um sentido se constituiu em nós que ele passa a produzir seus efeitos, entre eles, o principal, de que estes sentidos, quando falamos, nascem em nós, quando, na realidade para significar é preciso que as palavras, expressões, proposições já signifiquem. Retomamos sentidos já existentes, efeitos do já dito e esquecido em nós (ORLANDI, 2014, p. 6).

No jogo entre as diversas formações discursivas, o discurso remete à exterioridade, uma relação com o outro, a memória do dizer e o interdiscurso estão na base do funcionamento desse jogo. Ao utilizarmos o termo formações discursivas (FD) trabalhamos com a definição de Orlandi (1996). De acordo com a autora a formação discursiva: “se define como aquilo que em uma formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada – determina o que pode e deve ser dito” (p. 43). Essa relação acarreta na compreensão de que os sentidos são definidos ideologicamente, mais adiante traremos a explicação mais detalhada sobre a importância da ideologia. Pois, os sentidos são definidos pelo seu funcionamento.

É um princípio do interdiscurso constituir o dizer, o outro é constitutivo da linguagem. Todas as vezes que o sujeito fala, suas palavras já estão carregadas de sentidos. Por isso, o interdiscurso pode ser definido, assim, como lugar de constituição dos sentidos, o domínio da memória, a verticalidade do dizer, que sempre retorna na forma do já-dito, o pré-construído (ZOPPI, 2002)

Daí retomamos o funcionamento da paráfrase, já que, por meio dela, é possível observar a relação entre diferentes formações discursivas em que os sentidos retornam. Nisto consiste a importância, inclusive metodológica, da paráfrase para a Análise de Discurso de linha francesa: “O jogo de paráfrases é que dá as distâncias (relativas) dos sentidos na relação de diferentes formações discursivas. Pelas paráfrases os sentidos (e os sujeitos) se aproximam e se afastam. Confundem-se e se distinguem” (ORLANDI, 2008, p. 48).

A autora acentua que “os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória” (ORLANDI, 2009, p. 36). Assim, discursivamente, a paráfrase, ainda nas palavras da teórica, “representa o retorno aos mesmos espaços de dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização”.

Diante disso, também, destacamos que a paráfrase, para a AD, tem um caráter de procedimento heurístico. Na *Análise Automática do Discurso*, de Pêcheux (1969), conseguimos compreender essa questão, tendo em vista que, como procedimento heurístico, a paráfrase alia-se à proposição de Pêcheux acerca de a análise se basear em uma leitura sintomática, pois, mobilizando-a, é possível relacionar o que é dito aqui com o que é dito em outro lugar, com o que é dito de outro modo, com o que não é dito, com o que poderia ser dito, aquilo que não é dito, mas constitui igualmente os sentidos das palavras. Ela opera, portanto, no processo de des-superficialização à medida que o analista elabora paráfrases para por em relação o dito com o não-dito.

Na análise, essa configuração é significativa, afinal, mobilizamos a paráfrase para colocar o dito na relação com o não-dito, com o não a dizer e com o que é silenciado. Destarte, a paráfrase pode ser contemplada como procedimento heurístico de observação do processo discursivo, isto é, como forma de dar visibilidade ao sistema de relação de substituição, paráfrases e sinonímias. Logo, funciona nos elementos linguísticos em uma formação discursiva dada.

1.2.1 Polissemia

No entanto, a paráfrase está em constante tensão com a polissemia, pois se ela significa a manutenção do mesmo sentido, a polissemia pode intervir no mesmo sentido, deslocando-o, produzindo um sentido diferente, no interior dos processos de significação. Em outros termos, se a paráfrase é a matriz dos sentidos, a polissemia é a fonte da linguagem em sua incompletude, ela é possibilidade de equívoco, de deriva.

Para Léon e Pêcheux (2011), a produção discursiva do sentido encontra-se entre dois polos opostos: “aquele do mesmo (da identidade, da repetição, assegurando a estabilidade da forma lógica do enunciado) e aquele da alteridade (da diferença discursiva, da alteração do sentido induzido pelos efeitos de espelhamento e de deriva)” (LÉON; PÊCHEUX, 2011 [1982], p. 172).

Na produção discursiva, há a retomada do mesmo dizer e o funcionamento do diferente (a polissemia). Não são limites fáceis de identificar, por isso, é difícil tratar dos limites na linguagem entre o mesmo e o diferente, a repetição e a criatividade, a paráfrase e a polissemia. A relação entre essas duas forças é tênue e tensa.

Léon & Pêcheux (2011 [1982]) compreendem esse processo discursivo como dois polos distintos, um relacionado à repetição e o outro à alteridade, sendo ambos essenciais na produção discursiva dos sentidos:

Desse ponto de vista, o essencial da discursividade seria compreender na tensão contraditória entre relação paragnômica de substituição que tende em direção à estabilização da forma lógica e a existência de relações de deriva e de alteração entre seqüências que podem, ao mesmo tempo, conectarem-se por sintagmatização ou substituírem-se sob a base de ligações evocadas (LÉON; PÊCHEUX, 2011 [1982], p. 172).

É nesse jogo entre paráfrase e polissemia que os sujeitos e os sentidos se significam e se movimentam. Os processos parafrásticos sempre retomam o mesmo espaço dizível. Porém, os processos polissêmicos constituem-se na ruptura do processo de produção da linguagem. A polissemia implica o deslocamento da regra, fazendo intervir a noção de diferente na linguagem, ou seja, ressaltando as mesmas palavras como produtoras de um novo sentido a diferentes locutores; as mesmas palavras com um novo sentido em diferentes situações; palavras diferentes com um novo sentido para diferentes locutores e palavras diferentes com um novo sentido em diferentes situações como nos explica Pêcheux (1995):

De modo correlato, se admite que as mesmas palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra, é necessário também admitir que as palavras, expressões e proposições literalmente diferentes podem, no interior de uma formação discursiva dada, “ter o mesmo sentido”, o que representa, na verdade, a condição para que cada elemento (palavra, expressão ou proposição) seja dotado de sentido (PÊCHEUX, 1995, p. 148).

A polissemia produz movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na sua relação com a língua e com a história. Para que o novo surja, e o funcionamento da criatividade, é preciso um trabalho que coloque em conflito o que já foi produzido e o que será instituído.

Decorre daí a afirmação de que a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria a necessidade do dizer. A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico (ORLANDI, p. 38, 1996).

A relação entre esses dois elementos é de tensão, mas também de co-fusão. Quando se pensa em outro(s) sentido(s), trata-se da polissemia. Quando há um deslocamento, um deslizamento de sentidos, nas mesmas condições de produção, há o funcionamento dos processos polissêmicos.

A noção de polissemia traz para a reflexão a especificidade da Análise de Discurso ao tratar, na linguagem, sobre o diferente, ao compreendê-lo na linguagem como o deslocamento, deslizamento de sentidos.

Quando trabalhamos com o termo condições de produção, nos referimos as reflexões sobre a ótica de Michel Pêcheux, em que o autor não compreende mais o sujeito como origem de sua fala e, com isso as define como: “(...) determinações que caracterizam um processo discursivo” (PÊCHEUX, p.182, 1997), isto é, trata-se de uma concepção que se afasta da ideia de um locutor intencional, que alteraria sua frase conscientemente para produzir o “sentido desejado”.

Em relação ao funcionamento da paráfrase e da polissemia, Orlandi (1998b) ainda o relaciona à tipologia discursiva, cuja proposta caracteriza para o discurso uma reflexão acerca do funcionamento do jogo entre paráfrase e polissemia. Nessa tipologia, o conceito de paráfrase e polissemia é determinante para caracterizar cada discurso analisado.

O funcionamento da polissemia dentro do quadro das tipologias se caracteriza de três formas diferentes: *contida*, *controlada* e *aberta*. E se manifesta em três discursos: *autoritário*, *polêmico* e *lúdico*.

A polissemia, no primeiro caso, é compreendida como sendo contida, visto que o discurso autoritário não permite a reversibilidade entre interlocutores (analisaremos melhor essa questão no decorrer das análises). No segundo discurso, há o controle da polissemia e, no terceiro, a polissemia é aberta.

Esse jogo das regras e sobre as regras da língua é o que produz repetição e deslocamento de sentidos, afetando a materialidade discursiva e sendo estruturante, não produzindo simplesmente uma substituição.

A paráfrase e a polissemia estabelecem relações de sentidos sempre tomadas em redes de memórias. Nessas relações, podemos afirmar que acontecem deslizamentos de sentidos, um efeito metafórico, isto é, um sentido pode delizar para outro sentido.

Como dissemos mais acima, para Pêcheux (1990), esse conceito é dado por um efeito semântico e o seu funcionamento ocorre através de uma substituição, com isso, notando-se o deslizamento de sentidos entre x e y, como dissemos, a Análise de Discurso compreende a metáfora como transferência de sentidos, que se produz justamente nesse processo de deslizamento como explica Azevedo (2013, p. 74):

O funcionamento da metáfora é, pois, fundamental no desenvolvimento dessa questão, metáfora pensada como transferência, em funcionamento em um processo discursivo marcado por um espaço contraditório no qual se desdobram diferentes materialidades.

A noção de transferência não equivale à interação, ou seja, não há sentidos literais, o funcionamento daquilo que seria transparente, mas disserta acerca dos sujeitos que se constituem em processos que produzem jogos simbólicos dos quais não há controle e quando dizemos simbólicos trabalhamos com a perspectiva de abertura para a multiplicidade de sentidos.

Feita essa retomada teórica que situa os principais os conceitos e aponta para nosso dispositivo analítico centrado na paráfrase e na polissemia, passaremos à leitura de seu funcionamento discursivo em *O Brasil que eu quero*. Antes, porém, apresentaremos a seguir o projeto e suas condições discursivas de produção.

CAPÍTULO 2

EFEITOS DA PARÁFRASE E DA POLISSEMIA NO PROJETO *O BRASIL QUE EU QUERO*

Orlandi (2005) assinala que, para analisar qualquer discurso, é necessário referi-lo as suas condições de produção, que abrangem os sujeitos do discurso, a situação discursiva e a memória que retorna no dizer. Assim, tendo como objeto de análise o projeto *O Brasil que eu quero*, as condições de produção de discursos, nesta dissertação, são trabalhadas, conforme a autora explica, em seu sentido estrito e amplo, cujo funcionamento se relaciona, no primeiro caso, ao contexto imediato de produção do projeto, ou seja, as suas circunstâncias da enunciação e, no segundo, ao contexto sócio-histórico e ideológico, no qual o projeto se insere ou remete interdiscursivamente.

Portanto, neste capítulo, discorreremos sobre os sujeitos envolvidos no projeto – quem enuncia e para quem – e a situação discursiva, localizando as circunstâncias imediatas de sua produção, destacando a Rede Globo como instituição que tenta administrar os sentidos em um contexto político eleitoral, já que o projeto é lançado pela emissora no ano de eleição presidencial. Em contexto amplo, apontamos para a remissão a dizeres já inscritos na memória discursiva a respeito do Brasil, além de situar a cidade como parte dessas condições.

Com isso, apresentamos recortes e os primeiros movimentos de análise.

2.1 Proposta de *O Brasil que eu quero* e suas condições discursivas de produção

O Projeto *O Brasil que eu quero* foi uma proposta da TV Globo em parceria com o portal de notícias da emissora, o G1⁴, cujo entrelace ocorre por meio da divulgação de uma interação com o público, provocada pelo convite ao telespectador para responder à pergunta: *Que Brasil você quer para o futuro?* Por meio de vídeos, as respostas eram enviadas para uma página específica contida na plataforma do G1.

A princípio, a proposta do projeto era lançar a pergunta ao telespectador que, ao ser respondida pelo sujeito-participante, deveria seguir algumas regras, para então ser selecionada e divulgada em um dos telejornais ou programas da emissora como está escrito na página de divulgação do projeto. Junto a explicação haviam simulações de respostas:

Para participar, basta ficar diante de um dos lugares mais conhecidos de sua cidade, um lugar que identifique de onde você está falando, sempre durante o dia. Você

⁴ Os vídeos-respostas encontram disponíveis em: <https://especiais.g1.globo.com/o-brasil-que-eu-quero/2018/videos/>

pode pedir a ajuda de um amigo e gravar de uma distância de mais ou menos 1 metro, sempre com o celular na horizontal (deitado). Essa posição é melhor para mostrar a sua imagem e o local que você escolheu. Se preferir, pode usar um pau de selfie ou fazer um "vídeo selfie" normal. Você começa dizendo o seu nome e a cidade onde você está e tem 15 segundos para dar o seu recado, respondendo à pergunta: "Que Brasil você quer para o futuro?" (G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/vc-no-g1/noticia/que-brasil-voce-quer-para-o-futuro-saiba-como-enviar-o-seu-video.ghtml>).

A proposta foi lançada pela emissora em janeiro de 2018, mas apenas meses depois ela começa a receber os vídeos-respostas dos telespectadores que se engajaram na proposta de participar desta interação, aqui os chamamos de sujeitos-participantes. Em março de 2018, os vídeos-respostas selecionados pela emissora para ir ao ar passam a ser divulgados nos telejornais (Hora 1, Bom dia Brasil, Jornal Hoje, Jornal Nacional, Jornal da Globo) e nos programas Como Será (exibido aos sábados) e Fantástico (exibido aos domingos).

Os vídeos foram exibidos durante sete meses, com o encerramento da divulgação no dia 30 de setembro. O encerramento do projeto contou com uma reportagem especial no Fantástico e, na semana seguinte, os resultados da proposta foram divulgados em reportagens especiais no Jornal Nacional, no Como Será e, também, no programa Globo Repórter. Abaixo damos destaque a um momento do Jornal Nacional em que se anuncia a porcentagem de municípios, de 99,5%, que se envolveram na proposta.

Figura 1: Balanço das participações no quadro *O Brasil que eu quero*.



Fonte: Jornal Nacional, 29 de setembro.

Segundo consta na plataforma digital com *streaming* de vídeos (*Globo Play*), criada e desenvolvida, também, pelo grupo Globo, a proposta é definida como um “Projeto das Eleições 2018 que divulga os desejos para o futuro de moradores dos 5.570 municípios do Brasil. Os vídeos enviados pelo público são exibidos nos telejornais da Globo” (GLOBO, 2018), ou seja, vincula-se a proposta do quadro às eleições e aos desejos dos brasileiros para o

futuro. Assim sendo, a produção discursiva, neste caso, deve levar em conta essa vinculação, pois não se trata de um quadro proposta, simplesmente, para provocar a participação do telespectador, mas, sim, uma proposta remetida à situação política brasileira.

Da perspectiva da Análise de Discurso, propomos considerar as respostas como *dito*, ou seja, como um dizer que se formula provocado pela pergunta endereçada aos telespectadores, e os lugares escolhidos para a gravação do vídeo, como não-dito, isto é, como dizer que, embora não linguisticamente formulado, é explicitado por aquilo que (não) se diz. Aquilo que é dito e aquilo que é mostrado fundamentam nossa análise em busca de compreender as respostas como uma série de discursos. Isso porque, por meio dos discursos, podemos analisar os processos de produção de sentidos, tendo em vista que é “no discurso que o homem produz a realidade com o qual ele está em relação” (ORLANDI, 2004, p. 39). Assim, passamos à compreensão dos gestos de interpretação do sujeito-participante que constituem essa série de discursos, situando que:

A interpretação está presente em toda e qualquer manifestação da linguagem. Não há sentido sem interpretação. Mais interessante ainda é pensar os diferentes gestos de interpretação, uma vez que linguagens, ou as diferentes formas de linguagem, com suas diferentes materialidades, significam de modos distintos (ORLANDI, 1996, p. 9).

Orlandi (1996) considera a questão do sentido como algo aberto para explicar o que ela vai chamar de abertura simbólica, ou seja, os sentidos não são fechados, são múltiplos, abertos a diversas possibilidades de significação. Desse modo, ela ainda afirma:

Por outro lado, não há um sistema de signos só, mas muitos. Porque há muitos modos de significar e a matéria significante tem plasticidade, é plural. Como os sentidos não são indiferentes à matéria significante, a relação do homem com os sentidos se exerce em diferentes materialidades, em processos de significação diversos: pintura, imagem, música, escultura, escrita etc. A matéria significante – e/ou a sua percepção – afeta o gesto de interpretação, dá uma forma a ele (ORLANDI, 1996, p.12).

As reflexões sobre os gestos de interpretação contribuem para uma forma de entender as questões discursivas no projeto *O Brasil que eu quero*. Elas permitem a compreensão do funcionamento da abertura do simbólico, pois, como Orlandi (2004) explica, o próprio dizer é aberto, já que o sentido sempre está em curso.

Mais propriamente em relação à significação, as respostas divulgadas pela Globo possibilitam observar de que modo se dá a manifestação da abertura do simbólico, mesmo o processo de significação sendo regido, administrado pela emissora uma vez que o “lugar mesmo do movimento é o lugar do trabalho da estabilização e vice-versa” (ORLANDI, 2004, p.13).

Podemos começar essa observação destacando o funcionamento do nome do projeto *O Brasil que eu quero*, pois não se trata de um nome qualquer, não se trata de um nome próprio, mas de um enunciado que nomeia o projeto. Esse enunciado, sintaticamente, pode ser considerado uma oração absoluta à medida que se expressa *O Brasil que eu quero*, sendo que *que eu quero* acaba por modificar o nome *Brasil*, uma vez que a referência a *Brasil*, ou seja, a qual Brasil, é determinada pela oração *que eu quero* e não outra. Além disso, o artigo definido *O* contribui para a constituição de uma oração absoluta, pois ele atua na determinação de *Brasil* como sendo um só.

Em outras palavras, o nome do projeto não se refere, por exemplo, a *qual* Brasil eu quero, e sim a *O Brasil que eu quero*. Se, por um lado, há a determinação de Brasil pelo artigo: *O Brasil*; por outro lado, fica elidido quem seria esse *eu*, quem seria esse sujeito que aparece sob a forma de primeira pessoa do singular. Poderíamos assim perguntar se o projeto se dirige a um *eu* específico, ou se esse *eu* corresponderia a todo brasileiro. Ou ainda, se *eu* já se trataria de uma posição da própria emissora Globo, ou seja, *o eu da instituição*.

Nesse modo de nomear o projeto, que integra a própria pergunta, há a ocultação desse *eu* – eu quem? Mas, o sujeito-participante é instruído a dizer seu nome antes de responder pergunta. Com isso, propomos pensar as seguintes questões: quem são esses sujeitos que responderam essa pergunta durante o período em que o projeto ocorreu? Quais sujeitos estavam aptos a responder essa questão? Quais foram selecionados pela Globo para aparecer em seus programas? Qual o sujeito estava apto para *querer*? Em *eu quero*, quem complementa ou é sujeito do verbo querer?

Além disso, segundo a definição do projeto, quais seriam os sujeitos definidos como moradores? Seria qualquer sujeito que habita a cidade ou haveria algum outro critério, por exemplo, um morador em condição de rua teria a possibilidade de participar do projeto, para dizer sobre seus desejos referentes a cidade em que habita?

Os lugares em que os vídeos são gravados, que não são pontos turísticos, por exemplo, são justamente pontos em que podemos dizer haver fuga de sentidos, “(...)onde a alteridade ameaça a estabilidade dos sentidos, onde a história trabalha seus equívocos, onde o discurso deriva para outros discursos possíveis” (ORLANDI, 2004, p.13).

Podemos dizer que mesmo havendo as regras do projeto para envio dos vídeos-respostas, funcionando como um aparato rígido de administração da polissemia, os sentidos podem escapar, se escapam e como escapam é o que tentaremos abordar ao longo deste trabalho a partir da tensão entre paráfrase e polissemia, “dois eixos que constituem o movimento da significação entre repetição e a diferença” (ORLANDI, 2004, p.13).

Ao pensar no processo discursivo que constitui o projeto, lidamos com o fato de que durante sete meses, de março a setembro de 2018, os vídeos enviados e que seguiam as regras do projeto foram divulgados em todos os telejornais da emissora, contabilizando total de mais de cinquenta mil vídeos enviados à rede Globo. Os vídeos contemplam, como mostramos acima, 99,5% dos municípios do país, ou seja, vídeos de 5.542 cidades das 5.570 do Brasil foram divulgados. Esses números são significativos, principalmente, porque na Análise de Discurso trabalhamos com o deslocamento de dado para fato. Portanto, não nos interessa considerar esses números apenas como dados, uma vez que Orlandi (1996) explica que o dado não tem memória. O que consideramos com esses números é a sua historicidade, por isso, para nós, eles são fatos de linguagem, eles nos levam à memória discursiva. “Nos fatos, temos a historicidade. Observar os fatos de linguagem vem a ser considerá-los em sua historicidade, enquanto eles representam um lugar de entrada na memória da linguagem, sua sistematicidade, seu modo de funcionamento” (ORLANDI, 1996, p.115).

Esse deslocamento possibilita reflexões referentes ao processo de produção da linguagem e não mais especificamente a seus produtos:

Se pensarmos agora a importância desse modo de se considerarem os procedimentos da análise discursiva, devemos lembrar que a epistemologia que interessa à análise de discurso não se alinha no paradigma da epistemologia positivista, mas no da histórica, e, em relação a esta, no da descontinuidade, suprimindo, com efeito, a separação entre objeto/sujeito, exterioridade/interioridade, concreto/ abstrato, origem/filiação, evolução/ produção etc. É desse modo que a concepção de fato de linguagem, na análise de discurso, traz para a reflexão a questão da historicidade (ORLANDI, 2004, p. 36).

Agora, que já compreendemos a importância, pela ótica da Análise de Discurso, de lidarmos com o deslocamento dos dados para fatos, podemos seguir com as condições discursivas de produção do projeto *O Brasil que eu quero*, pois:

Os sentidos, deste modo, não se produzem nas palavras de forma isolada, mas segundo condições específicas de produção discursiva, que incluem o sujeito, o contexto imediato em que ocorre a enunciação e os contextos sócio-histórico e ideológico, constitutivos do sujeito e do discurso (DELA-SILVA, 2008, p.1).

As condições de produção do dizer nos conduzem a memória discursiva, ou a suas suas regionalizações, que se atualiza na formulação dos discursos, fazendo vir à tona reflexões sobre as condições históricas e sociais de produção que envolvem a emissora, ou seja, quem enuncia, elabora e divulga o projeto, mas não só, como veremos à frente.

2.1.1 Rede Globo

A TV Globo foi inaugurada em 1965, porém, em 1962, teve um contrato assinado com *Time-Life* (grupo norte-americano) até 1969, o que ocasionou uma transação de cinco milhões de dólares. Ao realizar essa operação, a rede Globo descumpriu o artigo 160 da Constituição vigente “que, na época, proibia a presença de capital estrangeiro em Mídia, que fosse fruto de concessão estatal” (RAMOS; FREITAS, 2015, p. 17). O ato foi considerado ilegítimo pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional. Todavia, em 1964, os militares chegaram ao poder e desconsideraram o ato como inconstitucional. Assim, a Globo permaneceu como regular, legal, fazendo o papel, durante anos, de transmitir na ditadura militar a imagem de que com esse modo de funcionamento do governo o país estava crescendo, evoluindo. Segundo Ramos e Freitas (2015),

Sem apoio popular, a Ditadura Militar necessitava de uma grande Mídia, para promover a integração nacional, bem como a sua legitimação. A TV Globo assumiu este papel de vender, aos brasileiros, a certeza de que tudo estava muito bem, às mil maravilhas. Não poderia ser melhor (RAMOS; FREITAS, 2015, p.17).

Com isso, a TV Globo concretizou a transação de cinco milhões de dólares e incorporou o modelo televisivo da *Time-Life*. Além disso,

Assumiu, ainda, outras duas teses norte-americanas, vigentes na época. Desenhouse, como uma rede de Televisão mista, tendo as suas próprias concessões e com emissoras afiliadas. Tal perspectiva visava a ter autonomia de substituir canais, em caso de perda de algum, sem ter, que, neste particular, comer pelas mãos do Estado (RAMOS; FREITAS, 2015, p. 20).

Influenciado pelo repórter Esso, o jornal radiofônico da TV Tupi, surge o Jornal Nacional, em setembro de 1969, com o objetivo de criar uma programação padrão para todo país. Porém, apesar do nome, o jornal alcançaria poucas cidades do país. Mesmo assim, a proximidade com o governo militar fez com que o Jornal Nacional (JN) nascesse e crescesse

sob o signo da ditadura militar aos auspícios da logomarca do "Milagre Brasileiro". Conectou os quatro cantos do país pelas amarras tecnológicas dos satélites. Construiu, em sua imagem, um Brasil Novo, homogeneizando os traços dos brasis, não-catalogados na amplitude das particularidades geográficas (RAMOS; FREITAS, 2015, p. 8).

Paralelo a essa relação próxima com o governo militar, iniciam-se, por volta da década de 60, as transmissões via satélite no Brasil, o que possibilitou a transmissão de diversas notícias, fatos históricos para o Brasil e o mundo, por exemplo, a chegada do homem à lua e

entrevista com o Papa João Paulo II. Aos poucos, todos esses fatos fizeram com que a TV Globo ocupasse o primeiro lugar na audiência dos brasileiros e conseqüentemente o seu telejornal liderou essa ascensão.

Em termos de condições de produção do discurso, é importante, então, acentuar que é a Globo, e não outra instituição, que convida brasileiros a responder que país querem para o futuro.

Do ponto de vista discursivo, compreendemos a televisão como um acontecimento discursivo, assim como define Dela-Silva (p. 17, 2008): “O acontecimento discursivo pressupõe, assim, a relação entre dizeres que, ao se cruzarem, tendem a promover rupturas, ainda que um novo dizer, por princípio, seja formulado a partir das possibilidades que este dizer encerra”. Nesta perspectiva, o funcionamento da televisão com a memória deve também ser ressaltado, justamente, porque a televisão trabalha com a instantaneidade de fatos, notícias etc., sendo que nesse tipo de circulação, a televisão acaba muitas vezes produzindo o mesmo discurso, na ilusão de produzir o diferente, como explica Orlandi (2005):

Enquanto instrumento marcado pela produtividade – múltiplos meios e homogeneização dos fins – a Tevê é um lugar de interpretação extremamente eficaz. Porque anula a memória, a reduz a uma sucessão de fatos com sentidos (dados) quando, na realidade, o que se tem são fatos que reclamam sentidos. É este reclamar sentido que permitiria a historicização, a inscrição do acontecimento na história. A Tevê produz acontecimento sem história (ORLANDI, 2005, p.180).

Dessa forma, os fatos trabalhados pela televisão são preenchidos de sentidos já dados, que acabam por repetir aquilo que está no imaginário social como sendo, por exemplo, “a identidade nacional”, do que é o Brasil e do que são os brasileiros.

Enunciar o Brasil como um só produz o apagamento das diferenças que existem no país. Esse apagamento está intrinsecamente ligado com o que Orlandi (2008) analisa a respeito do *discurso sobre* o indígena. Esse *discurso sobre* “funciona de modo que ele [o indígena] existe enfaticamente no discurso do missionário, do antropólogo, e no do indigenista (...) e deixa de existir na própria constituição da nacionalidade” (ORLANDI, 2008, p. 58).

Esse *discurso sobre* o Brasil que produz um só Brasil acaba por determinar o lugar que os próprios brasileiros devem ocupar para dizer de seus desejos, não possibilita que próprios tenham direito a falar de seu próprio lugar, já que não são todos os moradores da cidade considerados aptos a responder à pergunta feita pela Globo. Um exemplo são os brasileiros que estão em condição de rua, que não têm acesso a tv, a celular, a internet, sem condições materiais mínimas. Além disso, ao dizer de um só Brasil, parece haver a projeção de um só brasileiro.

As instruções para elaboração dos vídeos-respostas são padronizadas e, com isso, a emissora acaba por delimitar também o que pode ou não ser dito. Todavia, haveria espaço para furar essa delimitação, para produção de outro discurso?

2.1.2 Situação Política

Em relação às condições de produção estritas de produção de discursos, é importante situar o processo político do impeachment de 2016 e a participação da Globo neste processo, que segundo Souza (2016), teve seu embrião formado nas manifestações de 2013, cuja reivindicação inicial era contra o aumento das tarifas dos ônibus municipais, especialmente na capital de São Paulo.

Souza (2016) traz a figura do Jornal Nacional, da Rede Globo, como fundamental para compreender essa mudança de perspectiva sobre as manifestações. Em termos discursivos, uma mudança de significação.

Para o autor, dos dias 10 a 16 de junho de 2013, esse veículo de comunicação fez duras críticas às reivindicações dos manifestantes, sempre com o viés relacionado aos transtornos que tais manifestações causavam ao país. O autor confere ao Jornal Nacional o papel de porta-voz do conservadorismo e da elite do país:

Se tomarmos o Jornal Nacional, da Rede Globo, uma espécie de porta-voz da reação conservadora extraparlamentar que se forma nas ruas do país e que só se conclui com o impeachment da presidente eleita, podemos acompanhar passo a passo esse processo (SOUZA, 2016, p.89).

Minando a legitimidade dos protestos, o Jornal Nacional se dirige às manifestações com palavras tais como “vandalismo” e “vândalos” para se referir aos manifestantes à medida que aos poucos as manifestações enfatizavam a necessidade de derrubada da PEC 37/2013, cuja proposta era impedir as investigações relacionadas a corrupção, dos estados e do Distrito Federal, serem realizadas pelo Ministério Público. Dessa forma, direcioná-las apenas para a polícia civil e federal, ou seja, centralizar a investigação na companhia policial e não mais no judiciário.

Com isso, há uma mudança no modo da mídia em geral cobrir as manifestações, a Globo passa a apoiar as manifestações, a relacioná-las com críticas ao governo federal e a derrubada da PEC 37/2013, as definindo como pacíficas, como ocorreu em reportagens divulgadas no Jornal Nacional no dia 18 de junho:

A ênfase em bandeiras específicas, como os protestos contra os gastos da copa do mundo, a PEC 37 e, em sentido, ainda abstrato, contra a corrupção, se iniciam e consolidam a federalização aberta do movimento. Os apresentadores do jornal passam a dizer com rosto feliz e sorriso aberto que tudo era pacífico. Os tumultos agora eram produtos de uma “minoria de vândalos” (SOUZA, 2016, p. 90-91).

A partir dessa mudança, as manifestações, também, acabam por se transformar, por exemplo, os manifestantes passam a se utilizar da bandeira do Brasil, a aparecer com os rostos pintados em todo o país. E, também, a classe social mudou, pois, os integrantes dos protestos já não eram mais da classe média e periférica do país, como explica Souza (2016):

Começava a criação pela grande imprensa: os ritos passaram a ser cantar o hino nacional, vestir a camisa da seleção, ter a cara pintada e usar a bandeira nacional. Mudaram não apenas as bandeiras iniciais do movimento, mas também o público que apoiava. Em vez de jovens e estudantes, tínhamos agora famílias de classe média com perfil de classe alta. A cobertura do Jornal Nacional no dia 19 de junho passou por uma transformação decisiva. A federalização dos protestos, com o objetivo de atingir a figura da presidente, começou a ganhar corpo com a criação de palavras de ordem pelo próprio jornal, que passava agora a promover e incentivar as manifestações como explosão democrática do povo brasileiro (SOUZA, 2016, p. 91).

Em pouco tempo, após todas essas mudanças indicadas no que concerne ao perfil, classe, objetivos e formas de se manifestar dos manifestantes desenhados pela grande imprensa, no dia 19 de junho a cobertura do Jornal Nacional passa, como explica Souza (2016), a atacar o poder executivo, com o objetivo de alcançar, especialmente, a presidenta. Tanto é que pela primeira vez o Jornal Nacional mostra a queda de popularidade de Dilma Rousseff:

(...) de 79% de contentamento com o governo em março de 2013 – sua maior aprovação histórica – para 71% em junho. Apesar de a queda inicial ter sido apenas moderada, percebia-se claramente que os protestos podiam ser canalizados para atingir a presidenta (SOUZA, 2016, p. 91).

Com mais ênfase, as críticas à PEC 37 vieram à tona, além de temas relacionados à corrupção. A principal reivindicação no início das manifestações de 2013, que era o valor das passagens de ônibus, foi substituída pelas questões relacionadas ao custo de vida, à inflação etc. O Jornal Nacional desempenha um papel central nesta mudança, pois aparece como o porta-voz desse “novo perfil de manifestantes” ao dizer “também que a Globo pretende ‘dar voz aos manifestantes’”.

Quando começaram a ocorrer depredações nos veículos de imprensa, o Jornal Nacional lamentou os casos que haviam ocorrido como se fosse de responsabilidade de parte de pessoas que não compreendiam o seu papel. Porém, Souza (2016) explica sobre uma

perspectiva contrária, enfatizando que essas pessoas foram as que logo perceberam que estava em curso uma mídia tendenciosa:

O ataque à imprensa se dá por uma pequena minoria de manifestantes que perceberam, precisamente, a manipulação midiática de um processo que estava em seu comando no início e que foi paulatidamente tomado pela atuação combinada dos órgãos da imprensa conservadora (SOUZA, 2016, p.92).

Após as tarifas de ônibus terem sido baixadas, as reivindicações que se tornaram o cerne das manifestações foram relacionadas ao tema da corrupção. No Jornal do dia 20 de junho, concentravam-se, em tom de comemoração, nas capitais de São Paulo e Rio de Janeiro, a cobertura das manifestações que ocorreram nessas cidades com ampla participação da classe média conservadora e a mudança das reivindicações iniciais sobre os valores das tarifas de ônibus. Um líder do movimento Passe Livre explica como as pautas das manifestações haviam se distanciado da proposta do movimento. Além disso, explicou como a hostilização que ocorria a partidos políticos iam de encontro com as propostas do movimento:

A manifestação perdia seu sentido popular e reivindicativo e se tornava uma “festa popular” contra a corrupção e a ladroagem na política, o que se tornava definitivamente a bandeira central. O PT e os manifestantes da esquerda foram hostilizados. Aqueles ligados a partidos políticos foram expulsos. A Fiesp exibiu a bandeira do Brasil em seu prédio (SOUZA, 2016, p. 92).

Souza (2016) explica como a mídia, em união com instituições jurídicas e policiais, passa a criar uma estratégia que culminará na retirada de Dilma Rousseff da presidência do país. Essa estratégia fez com que os investimentos na educação e saúde passassem a serem criticados como gastos exarcebados e, até então, o que era visto como aspectos positivos do governo, começa a ser trabalhado com cunho negativo. Cada vez mais a pauta da corrupção tornava-se o cerne das manifestações e apesar da reação do então governo de frear as manifestações através de diversos projetos, de cunho popular que estavam parados e voltavam a ser debatidos e votados, não surtiu o efeito desejado.

Inclusive, no dia 24 de junho, o governo trouxe a proposta de uma reforma política para combate à corrupção. Souza (2016) afirma que apesar da resposta ter sido positiva acaba por ser pouco efetiva e, também, lenta para conter os protestos, pois encontrou um desinteresse em avançar com as propostas tanto por parte do Congresso como por parte da mídia, enquanto mais pesquisas sobre a queda da popularidade do governo federal eram divulgadas no Jornal Nacional.

Interessante compreender como a Globo muda sua posição em relação à forma de tratar dos assuntos relacionados as manifestações, ou seja, de significá-las, para legitimar uma outra pauta, ou mesmo significar essa pauta de modo diferente.

Podemos trazer para esse contexto a noção de político, tal como Orlandi (2010) o define. De acordo com a autora:

os sentidos são divididos, não são os mesmos para todo mundo, embora “pareçam” os mesmos. Esta divisão tem a ver com o fato de que vivemos em uma sociedade que é estruturada pela divisão e por relações de poder que significam essas divisões. Como sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo não só os sentidos são divididos entre si, como o sujeito é dividido em si (ORLANDI, 2010, p. 12).

Em linhas gerais, podemos dizer que a leitura de Souza (2016) nos permite observar de que modo o político vai dividindo os sentidos das manifestações de 2013, operado, neste caso, em especial, pelo discurso jornalístico da Globo. Segundo o autor, com a mudança de pauta, perfil, foco e forma de manifestação, chega-se à destituição da presidenta Dilma Rousseff. Em resumo, o autor afirma que:

Já temos aqui, em junho de 2013, o delineamento geral de todas as forças que se articulariam mais tarde no golpe de abril de 2016. Algumas alianças se consolidaram durante o processo e outras começaram aqui a se desenvolver. A aliança que se consolida é aquela entre a mídia e a classe média conservadora. A aliança que se descortina, a partir do apoio midiático à derrubada da PEC37 – que na pesquisa Ibope citada antes não havia sido mencionada por ninguém como razão espontânea de ida às ruas. É o concluído com o aparelho jurídico-policial do Estado. Essa última aliança se constrói especialmente no decorrer do ano de 2015 como produto da divisão de trabalho, com o fito de desligimar o governo eleito, o que a operação Lava Jato permite levar a cabo com retumbante sucesso (SOUZA, 2016, p.95-96).

Nas respostas dos telespectadores da Globo à pergunta *Que Brasil você quer para o futuro?*, isto é, no corpus de análise desta dissertação, observamos tanto a reprodução do discurso desencadeado por críticas ao governo da presidenta Dilma Rousseff, quanto um movimento oposição ao PT, ao se mencionar os 14 anos de seu partido no poder executivo.

É importante retomar aqui o conceito de interdiscurso proposto por (Pêcheux, 1990) especificamente, naquilo que o autor propõe acerca do interdiscurso como “corpo de traços sociais e históricos que formam memória”. Por essa perspectiva, enquanto parte das condições de produção de discursos sobre o Brasil, essas manifestações bem como o que é dito pelo Jornal Nacional sobre elas, constituem esse corpo, formam memória e afetam a produção de sentidos de uma maneira ou outra.

Souza (2016) apresenta reflexões importantes em seu estudo, especialmente sobre como todo esse processo político reflete um desinteresse da elite pelos mais pobres, pois ao

ignorá-los ou culpabilizá-los, não há motivos para se procurar resolver os problemas que os atingem ou encontrar os devidos responsáveis por eles. Esse desinteresse, por parte dos mais afortunados, encontramos também na explicação de Orlandi (2008) quando se refere à interdição ou ao impedimento do dizer, do falar, do existir imposto aos indígenas e negros por parte dos colonizadores europeus. Trata-se, portanto, talvez de um traço estruturante da sociedade brasileira que vai se constituindo ao longo da história do país, tendo início com a colonização. A alguns é dado o direito de falar, enquanto outros são silenciados, apagados da própria história.

2.1.3 Cidade no discurso

Ao trabalhar com os sentidos produzidos de Brasil, tanto na pergunta, quanto na resposta do projeto *Que Brasil você quer para o futuro*, conforme já anunciamos, refletimos sobre as seguintes questões direta ou indiretamente, dentre elas: Como sentidos de Brasil são produzidos? Em que condições de produção? São novos ou se repetem? Quais sentidos de futuro ou futuro de Brasil são evocados, tanto pelo sujeito-participante, quanto pela emissora que enuncia a pergunta?

Para compreender esses sentidos, o nosso lugar de observação tem sido o discurso, porém a cidade está atrelada a esse discurso, já que a proposta convoca o telespectador a selecionar um lugar da cidade, se posicionar nele e daí gravar a sua resposta. Assim, a cidade faz parte da resposta. Por esta via, não tomamos a cidade simples pano de fundo. Ao contrário, ao lado do que teoriza Orlandi, considerarmos que todas “as determinações que definem um espaço, um sujeito, uma vida, cruzam-se na cidade” (ORLANDI, 2004, p. 11). A cidade e/ou a imagem que é capturada dela constitui a formulação da resposta.

Sendo assim, para a Análise de Discurso, a cidade é um lugar simbólico, por isso fazemos mais algumas perguntas: Como o sujeito significa a cidade? Como a cidade impõe gestos de interpretação, dentre outras questões?

Os gestos de interpretação são pensados, como dissemos anteriormente, pela visão de Orlandi, que os explica enquanto “intervenção do real do sentido” (2004, p. 22) e, também, compreende a interpretação como constitutiva da língua.

Esses apontamentos trouxeram reflexões sobre a cidade enquanto espaço simbólico (RODRIGUEZ, 2011), já que o sujeito-participante do projeto a significa e é significado por

ela. Nessa relação, em que se abre para a possibilidade do sujeito-participante, interpretar é também pensar o sujeito-participante na sociedade e na história (PÊCHEUX, 1990).

Ao refletir acerca do sujeito-participante na sociedade e na história, consideramos que ambas afetam o modo como o sujeito realiza a interpretação, visto que estamos falando sobre as condições de produção de *discursos sobre* o Brasil. Assim essa noção de interpretação está presente tanto na lógica de simulação do projeto quanto na pergunta lançada pela Globo: *Que Brasil você quer para o futuro?*

Não se trata de definir o Brasil e nem os brasileiros, através das condições históricas e sociais de produção, mas de compreender os processos discursivos, que partem muitas vezes do funcionamento imaginário do que é a sociedade brasileira. Essa relação está presente nos discursos do projeto *O Brasil que eu quero*, por meio de *discursos sobre* que, como Orlandi (2008) explica, operam na institucionalização dos sentidos e, também, conforme Mariani (1998), representam lugares de autoridade.

O que sabemos a respeito da história inicial de nosso país advém de um *discurso sobre* o Brasil e não do Brasil, já que o conhecemos através do modo como os europeus nos olharam. Sobre isso, Orlandi (2008) afirma que o funcionamento do discurso colonial assegura a submissão dos que aqui viviam antes da chegada dos europeus (os índios), por meio da justificativa do amor a Deus (a catequização). O discurso colonial tem reflexos, hoje, na nossa sociedade capitalista, pela substituição do amor a Deus, pelo amor ao seu país, pelo dever do cidadão perante a sua pátria. Por isso, as condições de produção nas quais se dá a elaboração do projeto (ano de eleição, processo anterior e posterior ao impedimento de Dilma Rousseff no poder executivo) possibilitam que o discurso colonial volte à cena quando um sujeito fala de sua cidade ou de um lugar específico dela, do futuro que deseja para o Brasil.

Posto isto é que a cidade é considerada como elemento dos processos de significação em análise, e a Rede Globo como instituição e, portanto, institucionalizadora de sentidos, pois assim ela encabeça um *discurso sobre*.

2.2 Pergunta e resposta em descrição

Antes de apresentar os primeiros recortes dos vídeos-respostas, salientamos que, na Análise de Discurso, levamos em consideração a materialidade da linguagem, a sua incompletude e a sua não-transparência. Desta forma, é possível trabalhar com a discursividade e na discursividade compreendemos os sentidos em movimento ou estabilizados. “A questão do sentido torna-se questão da própria materialidade do texto, de

seu funcionamento, dos mecanismos dos processos de significação, de suas condições” (ORLANDI, 2004, p. 20), o que nos permite as articulações a seguir.

A emissora Globo tem 56 anos de existência, e, no momento de divulgação do projeto *O Brasil que quero* estava com quedas constantes na audiência, apesar de sua liderança não estar ameaçada, já que, desde que ascendeu e superou a TV Tupi (que em 1980 encerrou as suas atividades), segue com hegemonia entre as emissoras do país. No entanto, apesar de seu monopólio, o jargão “Isso a Globo não mostra” estava em circulação nas redes digitais e ganhou cada vez mais espaço.

Essa expressão foi utilizada amplamente em postagens nas redes sociais com o objetivo de divulgar informações diferentes das propagadas pela emissora. Nessas publicações, as postagens fazem referência às informações omitidas pela emissora e o jargão funcionaria como um alerta para o público. Assim, o telespectador é incentivado a procurar informações para além do que retrata a Globo em seus programas e telejornais.

Discursivamente, enunciar “Isso a Globo não mostra” pode ser considerada uma forma de apontar para outro lugar de significação, aquele que é apagado pelo discurso produzido pela Globo, ou mesmo de ocupar uma posição discursiva diferente da posição da emissora sobre determinado assunto.

Paralelo a essa divergência, o projeto é veiculado em condições de produção sociais, históricas e políticas específicas, das quais se destacam, como já mencionamos, a proximidade com o impedimento da continuidade de Dilma Rousseff como presidenta do país e a convocação do telespectador em ano eleitoral por uma instituição atuante politicamente. São nessas condições de produção, portanto, que a TV Globo convoca a participação dos telespectadores para responderem à pergunta: *Que Brasil você quer para o futuro?*

Quando o projeto *O Brasil que eu quero* é divulgado pela emissora no programa Fantástico, em 2018, Tadeu Schmidt pergunta: “Qual é a sua esperança para o Brasil? Que país você quer ver a partir do ano que vem com novos governantes no poder?”. São perguntas que já instauram uma discursividade política em torno do projeto. E como efeito essa discursividade opera na responsabilização do telespectador pelo futuro do Brasil, à medida que dessa formulação poder-se-ia parafrasear: “você decidirá o futuro do Brasil ao eleger os governantes”; “é sua responsabilidade decidir quem ocupará os cargos do Governo Federal e Estadual do país”; “se você fizer sua parte, o Brasil pode ser melhor”.

Nesse sentido, observamos o discurso midiático atrelando-se ao discurso político. Isso se deve por conta do “*corpus* de doutrina, que seria transmitido aos sujeitos para quem esses enunciados fossem destinados” (COURTINE, 1981, p. 83). Courtine (1981) relaciona a

repetição por parte de quem reproduz o discurso do enunciado com uma caracterização do discurso político, mesmo funcionamento que compreendemos entre a pergunta lançada ao sujeito-participante e respostas divulgadas pelo projeto da Globo.

Além disso, essas perguntas acionam a memória discursiva àquilo que diz respeito às eleições, como sendo sempre um período de esperança para o Brasil, pois podem ascender ao poder políticos bons, honestos, responsáveis e que farão as ações necessárias para o crescimento do país e, para isso ocorrer, basta simplesmente o voto de cada cidadão. Essa compreensão está posta no imaginário social, pois a cada quatro anos os candidatos a cargos políticos se apresentam como bons, honestos, responsáveis e, se eleitos, trabalharam em prol de um Brasil melhor. Esse é o discurso (re)produzido na busca por votos. De certo modo, a memória discursiva atualiza esse discurso, pois:

[...] sempre-já-aí da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (o “mundo das coisas”), ao passo que a articulação constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito (PÊCHEUX, 1997, p. 164).

O *discurso sobre* um país melhor, sem corrupção e mais investimento em segurança tem sido evocado desde as manifestações de 2013, passando pelas últimas eleições e, marcando o processo de impedimento da continuidade de Dilma Rousseff como presidenta do país. Em ambos os casos, a justificativa é que a mudança era sinônimo de esperança. Essa repetição gera o valor de verdade, de credibilidade, base dessas e de uma série de formulações:

[...] enfatiza o discurso político da subjetivação para a ordem da doutrina, da epistola e da escola, (na escola, a repetição literal, parece dar um valor de verdade. O interesse nas formas linguísticas, por meio das quais a repetição se inscreve na ordem do discurso conduz, finalmente, ao estudo da formulação do pré-construído no desnivelamento interdiscursivo e, da mesma maneira, fornece as bases da constituição de uma série de formulações (COURTINE, 1981, p. 80).

As perguntas também funcionam e constituem-se no equívoco. Pêcheux e Gadet (2010, p. 55) explicam que é pelo equívoco que “um segmento pode ser ao mesmo tempo ele mesmo e outro”. Apesar de produzirem condições determinadas para projetar a esperança, há espaço para a abertura do simbólico, do possível, a variação e, quando isso ocorre, a polissemia opera e o equívoco tem seu ponto de funcionamento. Compreendemos assim, a importância da polissemia enquanto responsável pela existência dos discursos e a paráfrase enquanto matriz dos sentidos.

Desta forma, chegamos nos limites tensos entre paráfrase e polissemia: os sentidos se repetem e se deslocam na linguagem. Resta-nos analisar como isso se dá na pergunta, nas simulações e nas respostas.

Quando a proposta é divulgada no Programa Fantástico, há uma explicação das normas de como participar do projeto. As instruções para gravar e enviar os vídeos são feitas com simulações, como se fossem evidentes as respostas. Tomamos essas simulações como um dos observatórios da produção discursiva.

No vídeo no qual essas instruções são divulgadas, aparece um sujeito que explica o que deve ser feito: *“Você pode ser um porta-voz da sua cidade. (...) Primeiro tem que escolher o lugar”*. Surgem imagens de diversas cidades turísticas do país, tais como: a Igreja de Santa Rita, em Paraty-RJ, Largo dos Jesuítas, em Embu das Artes-SP, Praça Mauá-RJ e Praça da Sé na Cidade do Grato-Ce. Todas as gravações são feitas em pontos conhecidos e turísticos da cidade. Depois, explica-se como responder à pergunta *Que Brasil você quer para o futuro?*

Há uma recomendação a respeito da distância que o sujeito-participante deve estar do celular, cerca de um metro, além da posição do celular para a gravação, que deve ser horizontal. As indicações de certa maneira enfatizam que o local do qual se fala deve aparecer.

De modo geral, trata-se de uma tentativa de administrar os sentidos, pois as instruções regulamentam o que pode e deve ser dito, o lugar que pode e deve ser mostrado, e até mesmo de que modo pode e se deve posicionar. Com essa tentativa de administrar os sentidos, a emissora retoma a convocação para que o sujeito-participante seja o porta-voz da cidade em que o vídeo está sendo gravado.

Nesta mesma linha, podemos observar que as instruções do projeto tendem a tornar simétrico algo presente nas respostas dos sujeitos-participantes da ordem estabelecida, por exemplo, na retomada da questão: *“o Brasil que eu quero é que...”*. Assim, a resposta, em grande parte, é presa à lógica das simulações gravadas nos vídeos divulgados pela emissora, já que possui como objetivo responder à pergunta: *Que Brasil você quer para o futuro?* Este ponto contribui para compreendermos a projeção imaginária do telespectador como porta-voz da sua cidade. Tal projeção é produzida no interior das instruções: *“Você pode ser um porta-voz da sua cidade”* e, da perspectiva do porta-voz, espera-se a resposta para a pergunta.

Esta projeção nos leva à definição da figura clássica do porta-voz que, como explica Pêcheux (1990), é:

[...] ator visível e testemunha ocular do acontecimento: o efeito que ele exerce ‘falando em nome de’ é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar (PÊCHEUX, 1990, p.17).

Os sentidos de porta-voz no projeto circulam como conciliadores entre o povo e os governantes e se confrontam com os efeitos de apagamento, silenciamento, do não-dito. Para que um sujeito-participante possa dizer acerca dos seus desejos para o futuro, tantos outros (sujeitos) não são divulgados. A partir disso, os sentidos de porta-voz contidos no projeto podem evidenciar a reprodução clássica ou podem vir à tona como exceção e exclusão. Outro fator, que colabora para essa relação tênue, é que os dizeres da emissora acionam a memória discursiva no ponto em que a atualidade do ano eleitoral é marcada pela evocação de quem pronuncia seus desejos para o futuro. Não só o eleitor está configurado aí, mas também o próprio processo de significação que emerge dos políticos nos palanques, dos debates entre candidatos e de suas propostas, configurando esse lugar de dizer dos desejos e de promessas para o país.

Ao aceitar a convocação da emissora para ser porta-voz, de acordo com as instruções da emissora, o sujeito-participante precisa seguir as regras propostas. O que caracteriza que ser participante já é uma condição estabelecida pelo projeto, uma vez que dessa relação de sentidos entre os interlocutores resulta a aparição de lugares determinados, como podemos pensar a partir do esquema de Pêcheux (1997) anteriormente apresentado, em que **A** seria o “destinador” e **B** os “destinatários”. Nesse jogo, há uma projeção da imagem do sujeito-participante perante o projeto, e do sujeito que representa o projeto perante o participante. “Em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e a o outro” (PÊCHEUX, 1997, p.81).

CAPÍTULO 3

DISCURSOS EM FUNCIONAMENTO EM *O BRASIL QUE EU QUERO*

Neste capítulo, analisamos o efeito de repetição e de ruptura, próprios da tensão entre paráfrase e polissemia. E, para este propósito, o *corpus* de pesquisa foi estruturado levando em consideração as formações discursivas distintas, ou melhor, a heterogeneidade das formações discursivas, além das regularidades discursivas manifestas no processo de significação.

Nessa perspectiva um corpus é um sistema diversificado, estratificado, disjunto, laminado, internamente contraditório, e não um reservatório homogêneo de informações ou uma justaposição de homogeneidades contrastadas (PÉCHEUX, 2012, p.165).

Tentamos, com isso, compreender o funcionamento dos discursos aí em jogo.

3.1 Sentidos entre o mesmo e o diferente

Tomando como lugar de observação os vídeos-respostas enviados à emissora Tv Globo acerca do projeto *O Brasil que eu quero*, passamos à descrição e análise de dizeres dos participantes, começando pelos que foram selecionados com base na recorrência de respostas que não seguiam a lógica das simulações elaboradas pela Globo, “fugiram” de certa forma às instruções que diziam como e o que deveria ser falado, ou seja, assim como as simulações demonstravam o que dizer, em que lugar dizer e como dizer, haviam respostas que reproduziam essa sequência e outras que rompiam com esses critérios estabelecidos.

Também era possível, em uma mesma resposta, observar o funcionamento daquilo que se repetia nas respostas e daquilo que rompia com a lógica das simulações. *Por isso, começamos pelos efeitos da paráfrase e da polissemia e seus funcionamentos, cujos limites entre um e outro não são delimitados, pois são, muitas vezes, intercambiáveis.* Mesmo assim, tentamos descrever o jogo entre eles.

O primeiro ponto que descatamos é a constituição dos sentidos de “pobreza” na relação com “falta” a partir da pergunta *Que Brasil você quer para o futuro?* e as respostas dos sujeitos-participantes. Para isso, analisamos o vídeo, no qual essa relação vem à tona:

R1: Meu nome é Rodolfo, falo do Capão Redondo, extremo sul de São Paulo, e o Brasil que eu quero é que os governantes olhem mais ‘pra’ comunidades, ‘pras’ crianças carentes, ‘pras’ pessoas carentes. ‘Pra’ que todos tenham um futuro melhor.

Figura 2: São Paulo – SP. Vídeo do participante Rodolfo Machado.



Fonte: G1. *O Brasil que eu quero para o futuro.*

De início, o sujeito segue as instruções do projeto, escolhendo um lugar da cidade, posicionando a câmera do celular como indicado, apresentando-se dizendo o seu nome, de onde fala e retomando a pergunta na elaboração daquilo que deseja para o Brasil. No entanto, sobre esse vídeo, destacamos que o lugar da cidade escolhido não é um ponto turístico, patrimonial, mas sim de circulação cotidiana da cidade.

Não é considerado turístico, especialmente, em face de discursos cristalizados pela mídia brasileira, dentre outros, que criminalizam a periferia. Porém, para muitos estrangeiros a favela é uma referência do nosso país, ou seja, significa de outro modo, configura-se como lugar para se conhecer ou, dito de outro modo, produz outros sentidos para ponto turístico.

Neste discurso, pressupomos os sentidos em fuga (Orlandi, 2012), na tensão entre paráfrase e polissemia provocada pelo modo de significar diferente um mesmo espaço da cidade. “Chamo a atenção para o fato de que estou procurando mostrar que, face ao objeto simbólico, quando pensamos a fuga de sentidos, esta se faz pelo movimento de sentidos possível” (ORLANDI, 2012, p.18).

Assim, o sujeito-participante significa a cidade por aquilo que, na lógica das simulações, estava invisível. A formulação da resposta, portanto, escapa da discursividade das respostas simuladas, uma vez que, analisando também, a imagem capturada da cidade é diferente das apontadas nas simulações. Assim apontamos a compreensão de que:

A imagem é corpo ideológico, tem espessura semântica e histórica. O político se textualiza na imagem. E o sujeito é afetado por imagens na cena urbana. A produção de imagens pressupõe um jogo entre aquilo que ela dá a ver com aquilo que ela torna (in)visível. Ela significa e se significa em relação às suas condições de produção (COSTA, 2018, p. 48).

As respostas simuladas organizam o que remete à cidade, faz dela um espaço linear e tudo o que rompe com essa lógica das simulações gera ruptura, deslocando-se do que já estava significado como Brasil, dos sentidos de cidade que a emissora tentou administrar. Vem à tona, então, o real da cidade. Deste modo, a imagem de uma favela, cuja significação circula no imaginário social, desorganiza o discurso institucional da emissora, pois como explica Costa (2018), certas imagens podem imergir em espaços controlados do dizer, desorganizando uma política, abalando um discurso, incidindo sobre relações de força. Nesta perspectiva, ressalta a autora:

É preciso, portanto, levar em conta quem a produz, em que conjuntura sociopolítico-histórica é produzida, como ela é formulada e em relação ao que ou a quem, como circula e como estabelece uma relação com a memória discursiva e assim engendra efeitos de sentido (COSTA, 2018, p. 49).

O sujeito-participante grava a sua resposta em frente a um conjunto de casas de uma “comunidade” e situa o telespectador do lugar em que está falando: “*Capão Redondo, extremo sul de São Paulo*”. No entanto, na legenda, inserida pela edição da emissora, só aparece São Paulo. Apesar de Capão Redondo ser um subdistrito, a legenda só diz o nome da cidade São Paulo. Produz-se, assim, um apagamento da singularidade do lugar do qual se fala, inclusive o apagamento de um dos princípios da resposta: dizer o lugar em que o sujeito-participante está falando. A produção dessas imagens rompe com a lógica das simulações, pois não se mostram os pontos turísticos ou patrimoniais, tal como as respostas simuladas orientam.

Quando falamos em estabilização de sentidos, nos referimos a um dizer que retoma o outro, repetição, cristalização, papel da paráfrase. É através do retorno ao mesmo espaço dizível de “falta” que compreendemos os sentidos já postos: *falta* dizer o nome do subdistrito na legenda (como o sujeito-participante identifica), *falta* o olhar dos governantes para a comunidade, para as crianças, para as pessoas. Esta *falta* é materializada na palavra “carentes”, reivindicando um presente melhor, enquanto a discursividade parece, com efeito, apontar para o futuro como possibilidade de ser diferente. E esse futuro, ao mesmo tempo, está a cargo dos governantes.

Nesse viés, há o funcionamento do não-dito, uma vertente do silêncio significante, pois “há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer” (ORLANDI, 1995, p. 12). Por isso, procederemos

em nossa análise operando com a elaboração de paráfrases para explicitar os sentidos possíveis em jogo em cada resposta, especialmente os sentidos de “falta” que se relacionam com pobreza.

R1: Meu nome é Rodolfo, falo do Capão Redondo, extremo sul de São Paulo, e o Brasil que eu quero é que os governantes olhem mais ‘pra’ comunidades, ‘pras’ crianças carentes, ‘pras’ pessoas carentes. ‘Pra’ que todos tenham um futuro melhor.

P1: (...) O Brasil que eu quero é que os governantes cuidem mais das comunidades, das crianças carentes, das pessoas carentes. ‘Pra’ que todos tenham um futuro melhor.

P2: (...) O Brasil que eu quero é que os governantes zelem mais pelas comunidades, pelas crianças carentes, pelas pessoas carentes. ‘Pra’ que todos tenham um futuro melhor.

P3: (...) O Brasil que eu quero é que os governantes executem políticas de melhoria das condições materiais das pessoas mais precisam.

As famílias parafrásticas trabalham com mais profundidade a *falta* por aquilo que interdiscursivamente a palavra “carência” pode fazer irromper.

O sujeito-participante formula um discurso, que irá circular no próximo recorte também, se dirigindo ao papel do governo, que possibilita políticas públicas que não sanam as demandas existentes da maior parte dos brasileiros. Além disso, o modo como o sujeito-participante significa a cidade nos faz reforçar o entendimento dela como um espaço simbólico, como explica Rodriguez (2011, p. 244):

Conceber a cidade como espaço simbólico permite precisamente compreender o *mundo* em termos de espaço político e histórico de vida humana, questionando as evidências pelas quais ele se apresenta como espaço natural, independente e anterior aos sujeitos que o habitam e o significam.

Diante do exposto, vimos que o espaço que se escolhe, que se recorta, para compor uma resposta, não é neutro e, ao visá-lo assim, o compreendemos somado à cidade, como constitutivo “do processo do qual resultam sujeitos e sentidos, enquanto aspecto fundamental das *condições* de produção do discurso” (RODRIGUEZ, 2011, p. 245). Por isso, o sujeito-participante produz sentidos na cidade e é também significado por esse espaço simbólico.

Seguindo a análise, apresentamos o Recorte 2 (R2):

R2: O meu nome é Rayane Barros de Sousa, sou de Belágua – Maranhão. A cidade onde aparece nas reportagens o índice mais alto de pobreza. O Brasil que eu quero é que os governantes, junto com o gestor da nossa cidade, olhem mais para a educação e saúde da população.

Figura 3: Belágua- MA. Vídeo da participante Rayane Sousa.



Fonte: G1. *O Brasil que eu quero para o futuro.*

As condições imediatas de produção do dizer do sujeito-participante são marcadas pelo espaço do qual ele fala, em frente a uma casa de alvenaria simples, sendo que ao redor da casa há uma vegetação típica do cerrado. Ao se apresentar, Rayane cita a cidade de onde fala: *A cidade onde aparece nas reportagens o índice mais alto de pobreza.* Faz referência ao índice de pobreza que aparece nas reportagens e que é relacionado à Belágua – MA. Este índice é o dado que faz de Belágua uma cidade “conhecida”, a significa de certa maneira aí.

Podemos destacar alguns aspectos interessantes da cidade de Belágua-MA, para compreendermos melhor esse lugar, que já afirmamos não ser neutro. De todos os cidadãos de Belágua-MA, apenas 7,1% da população possui renda fixa, o que equivale a 529 pessoas. A fonte de renda da cidade é a produção de farinha e os programas sociais, por exemplo, Bolsa Família, o que faz com que 58,8% da população receba em média 1,9 salários mínimos.

O discurso produzido na resposta, constituído da relação entre aquilo que é mostrado e aquilo que é dito, ambos remetidos à exterioridade, ao interdiscurso, rompem também com a lógica da proposta naquilo que diz respeito a mostrar um ponto turístico da cidade, pois, no dizer do sujeito, a imagem mostrada significa na relação com a cidade conhecida pelo alto índice de pobreza.

Ao não seguir totalmente as instruções do projeto, o que se explicita é o modo como esse sujeito se relaciona com a sua cidade, pois mostrar a cidade deste modo já é uma maneira de significá-la. Além disso, também mostra como se configuram os sentidos de pobreza que vêm à tona, afinal, tanto pela casa simples, o lugar então que seria significativo da cidade,

quanto pela referência ao modo como ela é conhecida, podem remeter ao funcionamento desses sentidos pela via interdiscursiva: “corpo de traços que formam memória” (PÊCHEUX, 2011, p. 147).

Além disso, ao formular sua resposta, como vimos acima no R2, o sujeito produz um gesto de interpretação:

[...] o que, perceptível, ou não, para o sujeito e seus interlocutores, decide a direção dos sentidos, decidindo assim sobre sua própria “direção” (identificação, posição-sujeito etc), ao inscrever-se em formações discursivas, reflexos das formações ideológicas (ORLANDI, 2013, p. 6).

A materialidade dos gestos de interpretação no R2 evoca sentidos de pobreza ao significar a cidade pelo que se torna marca difundida sobre a cidade, neste caso, um índice.

Essa relação é reforçada quando o sujeito-participante “decide” mostrar uma moradia para representar a cidade em que vive, pois, ao recortar uma imagem da cidade, uma dentre várias possíveis, o sujeito não só está inserido no processo de identificação, como, ademais, a partir de uma formação discursiva, filia-se aos sentidos de pobreza pela imagem de uma casa, que não é qualquer casa, mas que configura sentidos de abandono.

Como a Análise de Discurso não trabalha especificamente com hipóteses, podemos levantar questões a respeito do abandono da casa, nos questionando se é também uma extensão do abandono na cidade. Então, poderíamos supor o abandono como constitutivo da cidade, como traço da *falta*? Isto, levando-se em conta que:

a realidade humana não responde a designíos naturais (ou divinos), independentes do alcance e da vontade dos sujeitos, mas a decisões políticas, não conscientes, que atendem a interesses sociais determinados, sendo por isso contingentes, passíveis de mudar, de transformar-se – sendo a história, precisamente, aquilo que muda, ou que pode mudar. Isso leva a conceber os sujeitos não como uma essência natural imutável, mas como seres históricos, que estão determinados pelas condições políticas, econômicas e culturais das sociedades em que vivem, as quais darão a eles uma forma específica, ou forma sujeito, como afirma Pêcheux, retomando Althusser (RODRIGUEZ, 2011, p. 245).

De certo modo, como efeito, na relação com a pobreza, parece instalar-se aí a questão da moradia, do abandono ou falta de ambos. Ao significar a casa como o que representa a cidade ocorre o rompimento com as instruções da proposta. Para refletir sobre os efeitos desses deslocamentos operamos com as seguintes famílias parafrásticas entre o que é dito nas instruções do projeto e o modo como o sujeito participante as “segue”.

No lugar de um ponto turístico da cidade, o sujeito-participante explicita aquilo que da cidade é significativa para se pensar como o que a representa. A imagem da moradia em uma determinada região do Brasil já é conhecida e está inscrita na história em relação à pobreza, recortando uma região da memória discursiva. Esse recorte já estabelece os sentidos, já retoma o já-dito, opera a paráfrase. “Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória” (ORLANDI, 2009, p. 36).

A paráfrase opera quando a memória discursiva é acionada na relação da imagem com as frequentes reportagens sobre essa cidade e os índices referentes ao analfabetismo e a renda per capita por habitante. Os efeitos de sentidos de pobreza são produzidos por meio da relação da linguagem com a sua exterioridade, porque essa imagem já significou, na história, que pode ser remetida à memória discursiva, além de reivindicar saúde e educação, o que constitui a demanda sempre evocada em contexto de eleições. Os eleitores pedem saúde, educação, segurança, e os candidatos prometem saúde, educação, segurança e eles permanecem em *falta*.

A casa é vista como um espaço simbólico, pela discursividade produzida pelo sujeito-participante. Ao significá-la como o que representa o lugar em que se grava o vídeo e a cidade, compreendemos o modo como o sujeito significa o país em que vive. Ao romper com a lógica das simulações, chegamos a um deslocamento dessa discursividade produzida pelo sujeito-participante. Essa relação é trabalho da noção do intradiscorso, a atualização da memória discursiva, reservada à formulação. Isso ocorre quando a polissemia opera em relação à proposta. A memória atualiza-se, os sentidos decidem-se, o sujeito-participante se mostra. A formulação proporciona dar corpo aos sentidos, “possui sua corporalidade articulada no encontro da materialidade da língua e materialidade da história” (ORLANDI, 2001, p. 9). Nessa relação, a formulação não significa por si só, ela possui uma relação da linguagem com a exterioridade e organiza-se em diferentes espaços significantes.

Por isso, é relevante considerar o papel do lugar, pois, é a partir dele, que se constroem as imagens do sujeito, do outro, do espaço. O lugar depende e é determinado pelas condições de produção de significação, ou seja, é envolto pelo espaço material que o concerne (COSTA, 2011, p. 34).

Desta forma, um investimento na análise ocorre ao refletir sobre o lugar em que o sujeito-participante (se) significa, do qual fala. Assim, conseguimos compreender a constituição de efeitos de sentidos, como o de pobreza, que não estavam na lógica das simulações, pois analisar o lugar é trabalhar com a sua rede de relações objetivas e subjetivas.

Tudo isso acarreta no jogo das identificações, pelo qual o sujeito-participante se inscreve em posições discursivas, que são resultantes da projeção do lugar no discurso.

Ao refletir sobre o lugar do qual o sujeito fala de sua cidade, de seu país e de seu desejo para o futuro desse país, podemos trazer aqui a análise de Orlandi (2008), ao apontar que, através da história do Brasil contada pelos europeus, abrem reflexões sobre o modo de reconhecimento dos brasileiros sobre o próprio país. A autora sinaliza que houve uma tomada de posição do olhar sobre o Brasil em que aqueles que aqui não moravam eram os que significavam Brasil. “Como dissemos, o brasileiro se cria pelo fato de saber falarem os outros. Há um espaço de diferença. O português se fala do lugar próprio: o brasileiro é deslocamento de falas” (ORLANDI, 2008, p. 42).

Desse deslocamento de falas, podemos localizar a falta, a negação, como marcas de um processo em que o brasileiro significa o lugar habita muitas vezes reproduzindo os sentidos já estabilizados produzidos pelo outro sobre seu lugar.

Nesta direção, observamos que o sujeito-participante faz referência ao índice que aparece nas reportagens, na mídia para sustentar os sentidos do lugar em que formula sua resposta. Quando formula seu discurso e produz sentidos sobre os seus desejos para o futuro, pede para que os governantes ‘olhem’ para aquela cidade. Com isso, a questão do ano eleitoral atravessa esse pedido, mas há também o atravessamento do discurso político encampado pela emissora de TV que, como vimos, exerce um papel na vida política do país.

Passaremos, agora, para o próximo recorte em que ressaltamos o funcionamento da polissemia:

R3: Eu me chamo Judson Conceição Silva. Eu falo de Salvaterra - Marajó Pará. E o Brasil que eu quero para o futuro é um país sem corrupção e com mais justiça onde pessoas que lutam pelas causas sociais não sejam assassinadas, não sejam mortas pelo que pensam ou pelo que defendam como é o caso da vereadora Marielle Franco do Rio de Janeiro e do meu tio Raimundo Otávio da Silva Conceição. Ambos brutalmente assassinados por defenderem os direitos do povo.

Figura 4: Salvaterra – PA. Vídeo do participante Judson Silva.



Fonte: G1. *O Brasil que eu quero para o futuro.*

Os múltiplos sentidos de justiça aparecem na relação com corrupção, assassinato, direitos do povo, no funcionamento do discurso constituído pelo verbal e não-verbal. Quando o sujeito-participante significa o lugar em que está falando – e se difere da lógica das simulações, mostrando uma camiseta com a foto do tio, que foi assassinado – a polissemia opera o funcionamento da criatividade, descrito por Orlandi (2012). Além disso, o sujeito-participante acrescenta o papel de dois líderes sociais, que em nenhum momento da proposta foi sugerido.

Em sua resposta, o sujeito-participante fala sobre como não quer o Brasil no futuro. Neste funcionamento da negação, ele aponta para a camiseta ao dizer sobre pessoas que foram assassinadas pelo que defendiam ou diziam⁵. Nessa relação, o discurso do sujeito-participante rompe também com a proposta “do querer”, ao significar o Brasil “pelo não querer”. O sujeito-participante não quer mais o assassinato de pessoas que defendem os direitos humanos, explicitando o fato ao apontar para a camisa e significando o país em que vivemos com o sangue dos inocentes, com injustiça.

É imprescindível compreender como nesses discursos sobre Brasil, que são apresentados como evidentes e definidos pelas demonstrações/simulações, ocorre o funcionamento do que difere, da alteridade: “A imagem é tão opaca quanto qualquer outra forma de linguagem, sujeita à falha, ao equívoco” (COSTA, 2016, p. 95). O lugar do qual se fala não é neutro, há confronto de sentidos entre a lógica das simulações e a formulação do sujeito-participante. Ao romper com a lógica das simulações, do já nomeado, estabilizado, o sujeito-participante significa o Brasil com os sentidos de violência, assassinatos, injustiça e assim, são produzidos outros sentidos em relação à proposta.

⁵ Sobre isso, é importante salientar o relatório da ONG Global Witness, que afirma que o Brasil é o quarto país mais perigoso do mundo para ambientalistas. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/pt/global-witness-records-the-highest-number-of-land-and-environmental-activists-murdered-in-one-year-with-the-link-to-accelerating-climate-change-of-increasing-concern-pt/>

Nesta resposta, outra aclamada reivindicação de eleitores e promessa de candidatos, a de um país, um governo sem corrupção, aparece. O que remete também ao modo como essa reivindicação torna-se bandeira de um movimento da classe média e passa a circular e, assim ser significada, na programação telejornalística da Globo, como mostramos anteriormente, enquanto condições de produção.

No entanto, vemos, também, a especificidade da relação com a defesa dos direitos do povo frente ao assassinato de dois ativistas sociais: Marielle Franco e Raimundo Otávio da Silva Conceição. Interessante retomar que o sujeito-participante formula sua resposta em um lugar cujo marco é a morte de líderes, manifestantes que lutam por causas ambientais, justiça nas demarcações de terras, direitos civis, indigenistas, disputas com madeireiras e representantes ambientais. A interrogação que permanece é sobre como todas essas pautas, que circulam na televisão, podem significar diferente de um imaginário social de Brasil?

Essa relação de disputa de direitos, de espaços, de terras, está presente nas raízes não só do Pará, mas do Brasil, por isso, aludimos ao que explica Orlandi (2008) sobre o papel do discurso, que irá possibilitar uma definição para o brasileiro e como essa definição por sua vez faz parte do imaginário de nossa sociedade. Ou seja, o papel do efeito ideológico que não nasce do acaso:

Em nosso caso, veremos como, pela determinação histórica dos processos de produção de sentidos sobre o brasileiro, se constitui (se fixa) a relação colonizador-colonizado. De tal forma que, mesmo depois do período colonial, a marca de nascença do brasileiro se reproduz toda vez que se instalam, nas relações, as condições para que esse mesmo discurso colonialista se realize (retorne) (ORLANDI, 2008, p.55).

3.2 O Brasil que eu *não* quero

Nesse próximo subcapítulo, analisamos como o enunciado *O Brasil que eu quero*, na forma afirmativa, desliza para a forma negativa *O Brasil que eu não quero*. Todavia, começamos por um recorte sobre o qual a análise recai sobre o funcionamento do vocativo “você”, produzido na relação dos dizeres da Globo e do discurso do sujeito-participante.

Dizeres da Globo:

R4: 2018, ano em que os brasileiros vão às urnas para escolher governadores, senadores, deputados estaduais, federais e o próximo ou próxima presidente da república. Ano em que vamos escrever um novo capítulo da nossa história. Somos mais de 144 milhões de eleitores e 5.570 municípios. E a gente pergunta: Que Brasil você quer para o futuro?

Dizeres do sujeito-participante:

R5: *Meu nome é Edmilson da Silva, moro em Mãe D'água – Paraíba. Sou agricultor e o Brasil que eu quero é um Brasil que dê mais apoio à agricultura familiar, aos pequenos agricultores e não só aos grandes pecuaristas.*

Figura 5: Mãe D'Água – PB. Vídeo do participante Edmilson da Silva.



Fonte: G1. *O Brasil que eu quero para o futuro.*

O enunciado que constitui os dizeres da Globo significa o locutor (você/ telespectador) como “brasileiros que irão às urnas”, parte de um dos “144 milhões de eleitores”, ou seja, como efeito discursivo convoca o eleitor. Porém, o sujeito-participante, ao apresentar-se, diz que é agricultor, especificando o “você” como agricultor, chamando atenção para suas condições materiais de existência. Esse modo de dizer de si também faz parte do lugar do qual se fala.

Dizer: “o Brasil que eu quero é um Brasil que dê mais apoio à agricultura familiar, aos pequenos agricultores e não só aos grandes pecuaristas” põe em relevo os sentidos do não-dito com o dito e, nessa relação, vem à tona que o Brasil privilegia o apoio aos grandes pecuaristas em detrimento dos pequenos agricultores. Aqui, é importante lembrar do apoio do governo federal ao agronegócio.

Como nos explica Orlandi (2010), importa saber o que se diz como “x” para não dizer “y”. O que foi silenciado acaba por significar ao longo das diferentes falas e dos seus apagamentos, como mostrado acima. Deste modo, intervém o jogo da atualização da memória, a formulação, significando o não-dito, o conflito entre o apoio aos grandes pecuaristas e a *falta* de apoio ao pequeno agricultor à agricultura familiar.

No processo discursivo há uma relação necessária do dizer e do não-dito como efeitos materiais da linguagem. Esta forma de considerar a relação discursiva nos leva à próxima análise do recorte abaixo:

R6: Eu sou Maria das Neves de Cajapió – Maranhão. O Brasil que eu quero é um Brasil que não tenha uma estrada como essa cheia de terra no verão, e no inverno, a lama prejudicando a saúde da população. Esse é o Brasil que eu quero.

Figura 6: Cajapió- MA. Vídeo da participante Maria das Neves.



. Fonte: G1. *O Brasil que eu quero para o futuro.*

A tensão ou convivência do dizer e do não-dizer está presente em todo o discurso. Nessa via, no *corpus* há uma relação fundadora entre o brasileiro e os governantes, as propostas e as ações, uma relação com o interdiscurso, o já-lá, lugar em que a paráfrase opera.

No recorte acima, outro sujeito especifica a cidade de onde fala filmando e se filmando na estrada sem asfalto, que, seja no verão, ou no inverno, prejudica a saúde. O Brasil desejado aparece pela negação: “o Brasil que eu quero é um Brasil que **não** tenha uma estrada como essa”.

Esses elementos têm relação com o interdiscurso no que diz respeito a reclamações frequentes da população. O sujeito-participante sofre com a estrada de terra, por isso pede para que a rua seja asfaltada e o problema seja resolvido. Nesse discurso, faz-se evocar os sentidos de abandono dos menos favorecidos, que pedem o mínimo para sobreviver e que há muito tempo não são escutados.

Passaremos, agora, para o próximo recorte em que destacamos a polissemia:

R7: Sou o Douglas Júnior de Crandaí – Minas Gerais. Esta é uma obra do posto de saúde da pedra do cine inacabada, uma obra que era para terminar em 2015. Este é o Brasil que eu não quero ver.

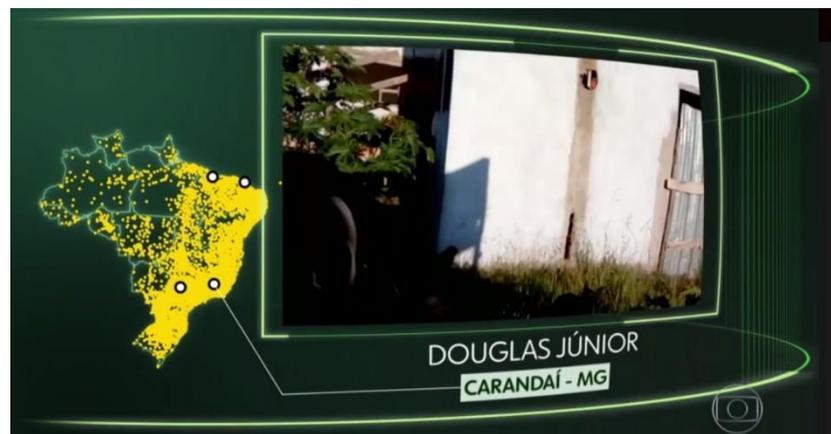
Figura 7: Carandaí- MG. Vídeo do participante Douglas Júnior.



Fonte: G1. *O Brasil que eu quero para o futuro.*

Observamos, nesse discurso, como o silêncio significativo tem o seu funcionamento por meio do apagamento da imagem. De início, o sujeito-participante mostra uma placa com a data do começo e final da obra de um posto de saúde, considerando que já se ultrapassou o prazo previsto (não houve a conclusão da construção). Desta forma, na medida em que instaura o funcionamento do discurso formulado do não querer ver esse Brasil, o sujeito-participante altera a imagem e mostra uma parede em branco.

Figura 8: Carandaí- MG. Continuação de vídeo do participante Douglas Júnior.



Fonte: G1. *O Brasil que eu quero para o futuro.*

Robin (2016) trabalha com quatro formas do esquecimento: demolir, anistiar, apagar, substituir, além disso, diz que a cor do esquecimento é o branco: “haverá um buraco que

aumentará passo a passo, um enorme esquecimento, poço sem fundo, invasão do branco” (ROBIN, 2016, p. 5). O sujeito-participante, ao mostrar a parede em branco e dizer *o Brasil que não quer ver*, configura uma relação com o Brasil que também quer esquecer: das obras inacabadas, superfaturadas e incompletas, colocando, assim, os lugares “esquecidos” e que quer esquecer no futuro. O que pode ser pensado na articulação com o que Robin (2016) discorre sobre as formas de esquecer.

Torna-se, assim, visível uma imagem da *falta*, do que não foi realizado, o silêncio significa e se estabelece na incompletude. É ela que produz a possibilidade dos múltiplos sentidos, fundamento da polissemia. O silêncio significa essa parede em branco e esse “nada” se multiplica em outros sentidos, quanto mais falta nesse espaço, mais o silêncio se instala e, assim, mais sentidos estão em movimento, apresentam-se. Então, a matéria significante do silêncio dá espaço, condição de movimento, o não-dito necessário para o funcionamento do dito.

Orlandi (2007) explica que todo processo de significação traz uma relação necessária ao silêncio que, nesse jogo discursivo, indica o funcionamento do silêncio fundante. Ao dizer “*esse é o Brasil que eu não quero*”, o sujeito-participante está necessariamente não-dizendo outros tantos sentidos. Por isso, essa formulação produz um recorte necessário. “Dizer e silenciar andam juntos” (ORLANDI, 2007, p.53).

No percurso da relação da linguagem com o silêncio, um próximo discurso será analisado, nele, múltiplos sentidos do “não” são compreendidos. A relação do Brasil para o futuro com o Brasil do presente é daquilo que é negado, direito, estrutura, condições mínimas de sobrevivência. O sujeito-participante critica o Brasil de hoje e não o admite, não o projeta para o futuro, um discurso que emerge no intradiscurso. O dizer do sujeito-participante retrata essa relação.

R8: Sou Márcio Borges, sou de Alto Araguaia- Mato Grosso. Poderia estar mostrando aqui as belezas da minha cidade. Mas, eu seria muito hipócrita em deixar a realidade de lado. Esse é o Brasil que eu não quero para o futuro. O Mato Grosso pede socorro.

Figura 9: Alto Araguaia – MT. Vídeo do participante Márcio Borges.



Fonte: G1. *O Brasil que eu quero para o futuro.*

O sujeito-participante fala de uma cidade conhecida por sua importância no agronegócio em um período, no qual ocorre o escoamento da safra na região, ou seja, o estudo para otimizar a produção e receita do agronegócio, principalmente a entrega dos produtos. Por isso, há um fluxo intenso de caminhões e dentre as reivindicações, a situação das estradas dessa região faz parte das reclamações dos produtores.

Considerando o enquadramento de uma estrada cheia de buracos, pouca ou nenhuma pavimentação, sem acostamento e sinalização, a imagem já é um vestígio da atualização dessas reivindicações. Considerando ainda a alusão feita às belezas da cidade que poderiam ser mostradas, num jogo entre o que diz a Globo e o que diz o sujeito, vemos uma interlocução que remonta ao “Isso a Globo não mostra”.

Com efeito, este enquadramento fura a lógica da proposta, cujas imagens do Brasil enquadram o Brasil das belezas naturais, patrimoniais e significativas para a história que é contada sobre o país, como peças da construção de uma identidade nacional, como podemos observar nas imagens das simulações nos recortes abaixo:

R9

Figura 10: Simulação da Proposta 2.



Fonte: Fantástico, Rede Globo. Simulação para chamada ao projeto “Que Brasil você quer para o futuro?”.

R10

Figura 11: Simulação da Proposta 3.



Fonte: Fantástico, Rede Globo. Simulação para chamada ao projeto “Que Brasil você quer para o futuro?”.

R11

Figura 12: Simulação da Proposta 4.



Fonte: Fantástico, Rede Globo. Simulação para chamada ao projeto “Que Brasil você quer para o futuro?”.

Quando o sujeito-participante do R7 afirma que “poderia estar mostrando as belezas da minha cidade, mas eu seria muito hipócrita de deixar a realidade de lado”, a imagem que aparece e preenche o lugar das “belezas da cidade”, como está significado nas simulações, é a de uma estrada asfaltada, porém esburacada, sem sinalização, sem acostamento e sem condições de tráfego. A imagem é a síntese do *Brasil que eu não quero para o futuro* para o sujeito-participante.

Ao analisarmos esse discurso do sujeito-participante compreendemos que é pela historicidade que podemos encontrar todo um processo discursivo marcado pela produção de sentidos em que a falta, o abandono e o descaso são presentes nos sentidos de Brasil e, ao virem à tona, se diferem da lógica da proposta. Nessa deriva, trabalho da polissemia que se dá a partir da paráfrase, ocorre o funcionamento do discurso do sujeito-participante que está inserido e não mais à margem do enunciado, um discurso do Brasil e não mais sobre o Brasil.

Quando trabalhamos essa diferença de discursos sobre e do Brasil, trazemos reflexões do que “pode e deve ser dito numa conjuntura dada, a partir de uma certa posição do sujeito” (FUCHS; PÊCHEUX, 1975). Em diferentes formações discursivas, ocorre esse funcionamento. O discurso sobre o Brasil, das belezas naturais, patrimoniais faz parte de um dizer predeterminado pela emissora de tv e, também, sócio-históricamente pelo papel do colonizador quando chegou nesse país.

Houve um apagamento dos sentidos, que se queriam evitar ao contar a história do nosso país. Sentidos menosprezados, deixados de lado, ou melhor, ocultos no dizer. Ocorreu

um mecanismo do silenciamento definido por Orlandi (2008) como “política do silêncio”. Como a autora assinala,

Relativamente à política do silêncio e, em consequência, ao poder-dizer, esse jogo entre formações discursivas entra como uma retórica do antiimplícito, ou seja: se diz “x” para silenciar “y”, este sendo. Como já dissemos, o sentido indesejável, descartado, que se inscreveria em “outra” formação discursiva. O “y” representa então o não-dito, necessariamente excluído do dito (ORLANDI, 2008, p.60).

Pela política do silêncio, podemos compreender o apagamento de sentidos, que se tivessem sido trabalhados em determinadas formações discursivas teriam configurado significados de uma outra forma. Por isso, esse silêncio acaba, inclusive, por limitar o dizer, ou até mesmo, como explica Orlandi (2008, p. 60). “Esse silêncio trabalha os limites das formações discursivas, determinando, consequentemente as margens do dizer”. Através do funcionamento do silêncio, o sujeito acaba sendo impedido de circular por diferentes formações discursivas.

Quando trazemos o discurso do Brasil e sobre o Brasil, trabalhamos justamente com o que pode e deve ser dito. Ou seja, a diferença entre o discurso do Brasil e sobre o Brasil, se refere ao modo como no *discurso sobre*, o outro não fala, o outro é falado. Como exemplo, os portugueses, a ciência, a política e a religião ao falar sobre o índio, o apagaram no que se refere à identidade cultural nacional. Trazemos aqui Orlandi (2008), para compreendermos melhor essa relação:

A ciência, a política social e a religião se apresentam como três modos de domesticar a diferença: a primeira pelo conhecimento, a segunda pela mediação e a terceira pela salvação (catequese). As três contribuem para que, de algum modo, se apague a identidade do índio enquanto cultura diferente e constitutiva da identidade nacional (ORLANDI, 2008, p.57).

Quando falamos do discurso sobre o Brasil, no projeto *O Brasil que eu quero*, estamos trabalhando com os sentidos que são produzidos ou reproduzidos a partir da lógica das simulações elaboradas pela Globo, cujas instruções tentam administrar os sentidos de Brasil, tanto pelo enquadramento dos pontos turísticos e patrimoniais das cidades, quanto pela estrutura do dizer que institui um chamado que convoca o eleitor e não qualquer sujeito a falar sobre o que se quer para o futuro do país em um contexto político muito específico.

Daí se conclui que esse é o retrato do país. Logo, tudo o que distoa desse retrato, como o real da cidade, não faz parte do Brasil. Esse é o discurso sobre, ou seja, um olhar de fora como os dos portugueses em relação aos índios. Neste caso, uma instituição partidária que trabalha em função de uma posição política. Porém, quando o sujeito-participante enquadra e

significa o Brasil de outro modo, há a possibilidade de se constituir um discurso do Brasil, de dentro, inserido em uma “situação empírica imediata [...] determinada em sua significância, pelo interdiscurso, ou o que chamamos de contexto sócio-histórico ideológico discursivo” (ORLANDI, 2004, p.62).

Interessante analisar como a cidade é significada pelo projeto enquanto pontos turísticos. Há uma construção imaginária na sociedade de que ao mostrar as belezas naturais de um lugar ocorre uma maior valorização desse local. Colocamos questões nesse recorte pois compreendemos a cidade pelo discurso e abriga uma gama de possibilidades, que através desse direcionamento é apagado, inclusive é apagado a materialidade própria da cidade. A hipótese de trabalho de Orlandi (2004), é a de que

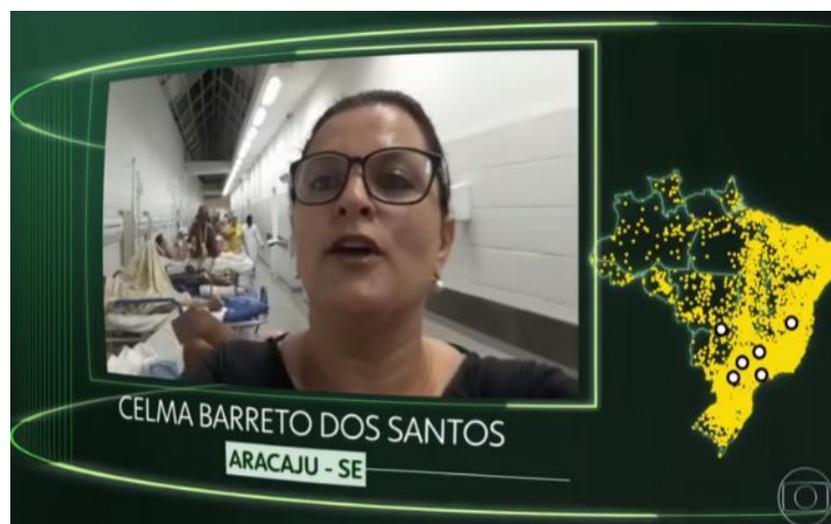
o discurso da cidade, assim com a materialidade da própria cidade, seria constituído de falhas e na sua incompletude a possibilidade de novos sentidos. Correspondentemente, esses são os vestígios de novas posições-sujeito possíveis, outros sujeitos simbólicos, outros sujeitos sócio-políticos, cidadãos outros (ORLANDI, 2004, p. 64).

A materialidade própria da cidade, que trazemos aqui com base em Orlandi (2004), tem uma relação com as diferentes possibilidades de significar nos sujeitos, na história e nas diferentes regiões do nosso país e assim há diferentes gestos de interpretação na cidade.

O próximo recorte analisado, também, rompe, em certa medida, com a lógica das simulações, ao inverter, pela negação, *O Brasil que eu quero* para *O Brasil que eu não quero*:

R12: Meu nome é Celma, eu sou de Aracaju – Sergipe. Eu estou falando de dentro do hospital João Alves Filho. Eu não quero esse Brasil para mim, para você e nem para ninguém. Olha aí a calamidade das pessoas: É isso aí que o Brasil está nos oferecendo. Vejam aí.

Figura 13: Aracaju – SE. Vídeo da participante Celma dos Santos.



Fonte: G1. *O Brasil que eu quero para o futuro*.

O sujeito-participante formula o seu discurso nas seguintes condições imediatas de produção: em uma sala de hospital, repleta de pacientes. Nessa linha, outros sentidos são configurados diferentemente da proposta em que a imagem que representava o lugar do Brasil era monumentos históricos ou belezas naturais. Nesse discurso, a polissemia opera e são pessoas enfermas que se tornam imagem do Brasil em face dos sentidos determinados pela proposta. Há uma substituição bastante significativa, um funcionamento específico da variação que se dá no plano do visível e que abre caminho para a polissemia, trabalho operado pelo deslizamento de sentidos de uma imagem por outra, de um dizer por outro (COSTA, 2009). Os monumentos de Aracaju, por sinal cidade turística, são substituídos pela imagem do corredor de um hospital, sem leitos, sem vagas.

No processo de significação de *O Brasil que eu quero*, o sujeito-participante em questão grava o vídeo no corredor de um hospital lotado de pacientes em macas enfileiradas, pacientes sem amparo médico necessário, uma grande quantidade deles em uma única sala e, assim, acaba por produzir os sentidos ao longo do dizer de descaso, negligência e abandono. *Falta*.

Desta forma, o discurso do sujeito-participante se abre para o jogo simbólico, para as diferentes possibilidades de leituras de Brasil, que se deslocam dos pontos turísticos da cidade para significar os hospitais, as pessoas doentes, as necessidades dos mais desfavorecidos. É falta, agora, de saúde que vem, neste discurso, se presentificar como efeito.

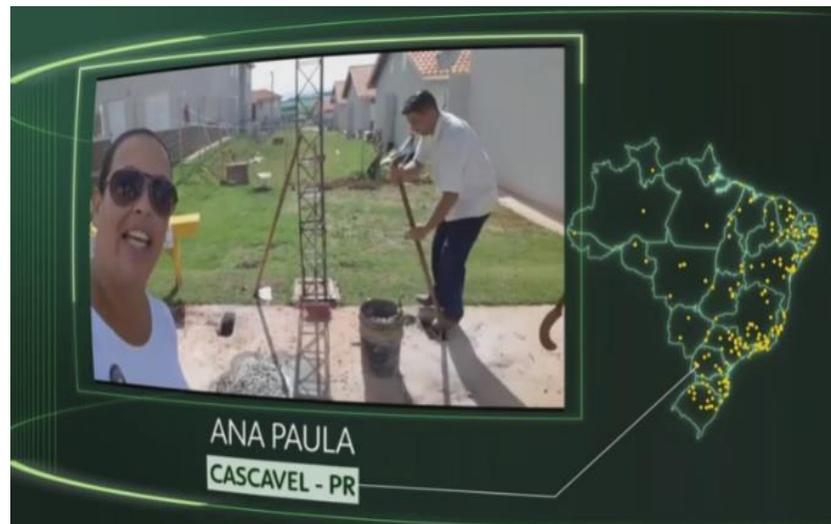
O processo de textualização do discurso se dá perante uma incompletude, o equívoco, a inscrição da falha da língua na história. A partir disso, a multiplicidade de leituras perante o enunciado da proposta, ou da proposição da Globo, acontece, o que possibilita o trabalho da polissemia. O discurso do sujeito-participante tem pontos de deriva, deslizamentos que produzem diferentes sentidos de Brasil. Nisso, compreendemos a materialidade dos gestos de interpretação, que se atualiza em cada condição que se apresenta.

Por outro lado, não há um sistema de signos só, mas muitos. Porque há muitos modos de significar e a matéria significante tem plasticidade, é plural. Como os sentidos não são indiferentes à matéria significante, a relação do homem com os sentidos se exerce em diferentes materialidades, em processos de significação diversos: pintura, imagem, música, escultura, escrita etc. A matéria significante – e/ou a sua percepção – afeta o gesto de interpretação, dá uma forma a ele (ORLANDI, 1996, p.12).

Retomando o funcionamento do vocativo “você”, analisamos outros três recortes, embora vislumbremos em todo o trabalho a tensão entre duas forças do dizer, polissemia e paráfrase. Destacamos a repetição de *O Brasil que eu quero*, ou seja, a paráfrase:

R13: Estou aqui com o seu Silvio, ele e o colega dele. Ele que está fazendo esses bancos comunitários e colocando no ponto de ônibus. Se todo mundo tiver uma atitude assim como esta o Brasil vai ser o Brasil que a gente desenhou, que a gente pensa para a gente.

Figura 14: Cascavel – PR. Vídeo da participante Ana Paula.



Fonte: G1. *O Brasil que eu quero para o futuro*.

Orlandi (2008) explica que alguns enunciados são feitos para serem retomados, repetidos e compreendemos esse movimento na resposta acima para *Que Brasil você quer para o futuro?* O papel da especificidade do vocativo “você” faz parte desse movimento.

Vimos que algumas respostas são presas à lógica das simulações ao começarem sempre com *O Brasil que eu quero*, mas, como na tensão entre paráfrase e polissemia, apesar de haver retomadas da pergunta, muitas respostas, em suas discursividades, deslocam-se das respostas simuladas.

No recorte acima, entendemos que há retornos ao mesmo espaço dizível da pergunta, ao se evocar o papel da população, dos brasileiros, para que a mudança aconteça. Ao lançar o questionamento, a emissora Globo enfatiza, várias vezes que a decisão dos brasileiros pode mudar o país.

Então no R12, no discurso do sujeito-participante parece haver a retomada do discurso da Globo. Neste caso, o “você” enunciado pelo projeto se especifica em: “todo mundo”, “a

gente”. Podemos observar que para que o Brasil seja como o pensado, desenhado, é preciso que o “outro” (você) tome atitudes como a construção de bancos públicos, algo para o bem comum, uma relação de unidade. O sujeito-participante lança o enunciado para outra pessoa (estabilização de sentidos), manifestando os mesmos desejos e responsabilidades que a proposta lança para ele.

Já no próximo recorte analisado, observamos que “você” têm dois pontos de funcionamento:

R14: Eu sou Ricardo Barbosa, falo de Campo Mourão - Paraná e o Brasil que eu quero é um Brasil livre de acidentes de trabalho. Do trabalho infantil. Onde empresários e população são mais conscientes da saúde e segurança dos trabalhadores.

Figura 15: Campo Mourão – PR. Vídeo do participante Ricardo Barbosa.



Fonte: G1. *O Brasil que eu quero para o futuro.*

O novo elemento, nessa relação, são os empresários, que até então não tinham aparecido como responsáveis pela mudança do Brasil. Nas simulações, apenas a população e políticos eram colocados como responsáveis pela transformação do futuro do país. Há uma relação contraditória dos sentidos: os que se repetem e dos que se atualizam nessa resposta. Deste modo, compreendemos os limites, os movimentos do dizer e do sujeito, o jogo entre a paráfrase e polissemia, levando em conta a textualidade, sem perder de vista a estabilidade dos sentidos.

Neste capítulo, observamos, por esses recortes, como o “você” enunciado na pergunta feita pela Globo se significa, pela especificação, nos discursos da resposta. Isto é, que sujeitos são produzidos para preencher o lugar de “você”. Exploramos, também, como à pergunta *Que Brasil você quer para o futuro?* a resposta se vale pelo “O Brasil que eu NÃO quero”.

Essa análise levou em conta o que é dito em uma resposta, o que não é dito em outra e mesmo assim significa. Os sentidos que se deslocam e os que se repetem compreendem como a língua está inscrita na história e os sentidos “são sempre em relação a” (ORLANDI, 1996, p. 25). Essa compreensão possibilita novas práticas de leitura, inclusive para entender o funcionamento dos sentidos de futuro, como analisaremos a seguir.

3.3 Sentidos de *futuro*

Os efeitos de sentidos de futuro produzidos pelo projeto *O Brasil que eu quero* são organizados de forma política, tendo uma direção ideológica, ou seja, são produzidos em condições sociais e históricas demarcadas pelo envolvimento de instituição Globo na vida política do país, considerando seu papel na institucionalização de certos sentidos em detrimento do apagamento de outros. Isto é, compreendendo que o discurso da Globo se configura como um *discurso sobre*.

Temos tentado acompanhar esse trajeto discursivo, mostrando, também, a desorganização do discurso já estabelecido, pois as relações do sujeito-participante com a pergunta *Que Brasil você quer para o futuro?* produziram, além da repetição, outros discursos a partir de suas respostas.

Neste trabalho, compreendemos não mais a presença do desejo tal como era significado na proposta, mas a súplica e, por isso, o futuro atualizado como presente. A súplica não ocupa como o lugar do possível, como o desejo, e sim do necessário, do urgente. Deste modo, há a atualização da memória discursiva, já que historicamente o Brasil é visto como um país em desenvolvimento, como se sempre houvesse um depois, uma continuação. Porém, no dizer do sujeito-participante, formulam-se não mais os sentidos de um depois para significar o futuro, mas os sentidos de agora de um presente.

Ao analisarmos esse movimento complexo, entendemos como a polissemia opera nos sentidos de futuro produzidos pelas respostas. As falas rompem com o que já estava posto pelo papel da ideologia vista nas simulações apresentadas na divulgação do projeto. “O processo ideológico, no discurso, está justamente nessa injunção a uma interpretação que se apresenta como a interpretação” (ORLANDI, 2008, p. 44).

A proposta é política, pois ela se determina na história do que se compreende de futuro no Brasil, mas entra em confronto com o que o sujeito-participante significa como futuro, assim, o confronto ocorre entre o simbólico e político.

Vemos que há espaço para que a polissemia opere de forma aberta e os sentidos de futuro se deslizem para outros funcionamentos. Logo, analisamos alguns recortes para compreendermos como os sentidos de futuro significam para o sujeito-participante.

Nesse primeiro recorte, visualizamos a capacidade do sujeito-participante em simbolizar e transformar os sentidos de futuro, no que conhecemos como presente, por conta da saturação das frequentes vezes em que o que é identificado pelo senso comum como sendo problemas do país, da cidade em que o sujeito-participante vive, não foi resolvido porque se ampararam na ideia de futuro como longínquo e, mais do que isso, um passado que se perpetua no presente.

R15: Eu sou Genival Batista, estou falando de Ribeirão Grande no estado de São Paulo. Estou falando em frente à Casa Grande construída por escravos há trezentos anos. O Brasil que eu quero para o futuro é um Brasil que “nós” deixe de ser escravo e trabalha para esses políticos que ganha milhões, enquanto tem muita gente debaixo da ponte.

Figura 16: Ribeirão Grande – SP. Vídeo do participante Genival Batista.



Fonte: G1. *O Brasil que eu quero para o futuro.*

Ao olhar atentamente o fundo da imagem, no lugar significado como Casa-Grande, observamos uma placa com os escritos “Centro Cultural”. Ou seja, aquele lugar que atualmente é um Centro Cultural já foi Casa-Grande. A cidade e o país se significam por um recorte da memória discursiva que traz à tona a história da escravidão no Brasil. Quando o sujeito-participante, um homem negro, se posiciona diante desta “casa” para responder à pergunta, num processo de rememoração, evoca sentidos de escravidão, do racismo estrutural, da resistência do povo negro que luta para poder viver.

Há conflito entre o simbólico e o político nessa resposta. O Estado determina que aquele lugar faz parte da cultura do país e o sujeito-participante transforma aquele lugar que representa o passado, diz sobre a atualidade, como um futuro que não pode mais existir. Robin (2016), quando trabalha com as diferentes formas de esquecimento, explica a substituição como um deles, de forma a identificarmos o mesmo funcionamento na imagem acima, pois, de acordo com a autora:

O verdadeiro esquecimento talvez não seja o vazio, mas o fato de imediatamente colocar uma coisa no lugar de outra, em um lugar já habitado, de um antigo monumento, de um antigo texto, de antigo nome. Ou ainda voltar atrás passando por cima de um passado recente, obliterado em favor de um mais antigo (ROBIN, 2016, p.10).

Assim, o futuro é significado em presente, pelo tom de urgência, por um sujeito-participante negro que não quer que essa história, essa atualidade, continue. Não há mais espaço para a continuidade, não há a possibilidade para que esse futuro perpetue o passado e seja cada vez mais longínquo, apenas existe a necessidade, a súplica para o fim.

Cabe frisarmos como os dois discursos são opostos. Não é a senzala que faz parte do centro histórico do país e sim a casa-grande. Não é a referência aos escravos e sim à representação de quem ditava o sistema colonial escravocrata. O sujeito-participante, em sua resposta, retoma essa mesma relação, dos políticos, como os que mantêm a escravidão no nosso país.

A polissemia opera nesse jogo e percebemos, na cidade, um espaço de contradição entre o político e o simbólico. Na cidade, o efeito de futuro toma corpo em meio ao trabalho de significação do sujeito-participante, que é determinado pelo projeto como o representante do lugar em que está falando. A mesma intersecção vemos no próximo recorte:

R16

Bandeira do Sul, Minas Gerais. Sou Adelina Amaral Campos. O Brasil que eu quero é que todos os governantes do nosso país toma vergonha na cara e vai trabalhar para a população que 'ta' muito sofrida, muito sofrida nos hospitais né? Em todo lugar do país. 'Ta tudo' sofrida.

Figura 17: Bandeira do Sul – MG. Vídeo da participante Adelina Campos.



. Fonte: G1. *O Brasil que eu quero*.

Do ponto de vista discursivo, a repetição de ‘sofrida’ significa e configura os sentidos de futuro. Podemos observar, aqui, outra forma de significar o futuro por aquilo que determina o presente, a “população sofrida”, por aquilo que NÃO se quer para o futuro, igualmente a “população sofrida”. Se nos recortes analisados anteriormente o Brasil era significado pelo Brasil que NÃO se quer, aqui, esse processo se dá em relação ao futuro.

Acontece, então, uma ruptura movida pelo excesso. O excesso de vezes é visível nos momentos em que Adelina reconheceu que a população passava por sofrimentos em diversas áreas, nas diversas vezes em que ela significou a responsabilidade de mudança como sendo dos governantes e nas vezes em que ela significou que o sofrimento não era apenas de outras pessoas, mas também seu.

A polissemia, sendo aberta, possibilita transformações, novas formas de se configurar os sentidos de futuro pelo presente.

Ainda rumo ao trabalho para compreender os discursos em jogo, trazemos mais um movimento de repetição e ruptura.

3.4 Repetição e ruptura

Fazendo uma articulação do discurso produzido pela proposta da Globo com o discurso colonial, tal qual analisado por Orlandi (2008), podemos dizer que a produção da invisibilidade do índio e do negro retorna agora, por efeito de memória, na produção da invisibilidade do real da cidade, na medida em que o projeto da emissora, por meio das simulações que orientariam o telespectador, como mostramos acima, faz referência aos pontos turísticos, históricos, patrimoniais, ou de belezas naturais da cidade, especialmente das capitais, produzindo a invisibilidade do social, do corpo real da cidade. Invisibilidade essa semelhante a já produzida nos *discursos sobre* o Brasil, que apagam o índio, como explicita Orlandi (2008, p. 69):

Quando afirmamos que o apagamento do índio existe como pressuposto na “consciência nacional”, estamos dizendo que qualquer discurso que se refira à identidade da cultura nacional já tem inscrita a exclusão do índio, necessariamente como um princípio.

Essa exclusão, fruto das condições históricas e sociais de produção discursos sobre o Brasil, no que se concerne à colonização, esteve presente nas práticas de extermínio de índios e negros, sempre com a justificativa de que ocorreu um “choque cultural”, um modo de apagar a resistência dos índios e também dos negros. Uma das facetas do apagamento é o extermínio e através dele compreendemos os sentidos de pacificação, que aciona a memória discursiva de que somos um povo unificado, pacífico. “Daí pacificar é produzir o apagamento da cultura indígena, anular qualquer forma de resistência; e a imagem que se te de índio é a daquele que ‘deve’ submeter-se ao branco, que ‘deve’ reconhecer a autoridade do branco” (ORLANDI, 2008, p.77).

O projeto *O Brasil que eu quero* delimita o que é a cidade, sua organização, ao instruir os telespectadores sobre como devem escolher um ponto da cidade para se posicionarem e gravarem sua resposta. As simulações de respostas permitem observar essa delimitação do espaço urbano pelo modo como esse ponto vai ser significado pela proposta. É como se a Globo dissesse/mostrasse: “Esta é a cidade”.

Parece haver um consenso imaginário do que significa cidade como no Recorte 11 no qual, na simulação, uma repórter se posiciona em frente a um dos pontos históricos e turísticos da cidade de Paraty, a Igreja de Santa Rita. A cidade (Paraty) é assim sintetizada

numa imagem já vista, já conhecida (Igreja de Santa Rita) e cuja história de sua própria construção não é historicizada.

Partimos do pressuposto de que o discurso produzido pela emissora TV Globo opera na homogeneidade, que pode contribuir para a manutenção ou construção de uma identidade nacional, tentando administrar os sentidos do que representa o Brasil ao mostrar como o telespectador deve fazer e o que pode/deve ser mostrado na/da cidade.

Os efeitos da história inscritos nesta discursividade operam enquanto reprodução de sentidos, ditam o que na cidade significa como Brasil, como nos recortes abaixo R17, R18, R19 que constituem famílias parafrásticas do mesmo, isto é, o mesmo espaço dizível da simulação descrita acima, cujo discurso permanece e se repete no recorte da cidade, que se produz em imagem. Em outras palavras, o sujeito-participante reproduz a simulação e se inscreve na mesma posição discursiva do discurso produzido pela proposta, ao filmar um lugar conhecido de sua cidade para compor sua resposta. Consideramos esse o efeito do processo parafrástico na/pela imagem, pois o vídeo-resposta reproduz a simulação, há um retorno ao mesmo espaço de dizer a cidade, de mostra-la.

R 17

Figura 18: Jesuânia-GO. Vídeo do participante Douglas Antonio.



Fonte: G1. *O Brasil que eu quero para o futuro.*

R 18

Figura 19: Guarda-Mor-MG. Vídeo do participante Calebe de Souza.



Fonte: G1. *O Brasil que eu quero para o futuro.*

R 19

Figura 20: Diogo Vasconcelos – MG. Vídeo da participante Melissa Martins.



Fonte: G1. *O Brasil que eu quero para o futuro.*

Orlandi (2004) ensina que as relações sociais se significam na ruptura e na repetição, através do que ela chama de falas desorganizadas, cuja definição apresentamos anteriormente. Ao analisar recortes do projeto *O Brasil que eu quero*, compreendemos que as respostas a seguir irrompem nesse processo de significação, rompendo o discurso da proposta, ao não reproduzir as simulações, ou seja, ao não parafrasear imagetivamente as simulações, pondo em cena outros pontos, lugares e situações das cidades. Veremos também o funcionamento

das imagens pela perspectiva das imagens desorganizadoras, a partir do modo como Costa (2018) as relaciona com o conceito de falas desorganizadas.

Nesses recortes, conseguimos perceber o funcionamento do social na cidade. Essa movimentação se dá pela falta e pelo excesso, como tentamos analisar na sequência.

R20

Figura 21: São Miguel do Gostoso – RN. Vídeo do participante Luiz Faustino.



Fonte: G1. *O Brasil que eu quero para o futuro*.

A materialidade própria da cidade produz sentidos e no R20, por exemplo, a imagem ao fundo é uma rua inundada, com o rosto do sujeito-participante em primeiro plano, contrapondo a lógica das simulações das respostas elaboradas pela Globo. A falta de asfalto mostra a diferença entre o que o sujeito-participante significa, o que representa a cidade para ele, de ele onde está falando no contraponto com a lógica das simulações.

A imagem de uma rua inundada é comum em outras vias, ruas, cidades, estados do país, fazendo, em certa medida, parte do imaginário urbano. No entanto, nas condições imediatas de produção dos vídeos-respostas, que não seguem o roteiro prescrito pela Globo, essa imagem nos leva a refletir sobre as imagens desorganizadas, tal como propõe Costa (2018). A autora sugere

Pensar em imagens desorganizadoras como flagrantes do real, cujo funcionamento produz efeitos de sentidos, forma de resistência, significa tomá-las como discurso que quebra rituais, transgride fronteiras, que em vez de reproduzir o discurso dominante, o transforma, dá outra direção de sentido a ele a partir da instauração de um processo de significação. A significação é um movimento, um trabalho (COSTA, 2018, p. 49).

O recorte 20 é um exemplo de uma situação discursiva, na qual irrompem falas desorganizadas, que escapam à lógica das simulações, ao significar o Brasil não pela imagem conhecida, turística, emblemática, mas pela imagem urbana que flagra.

As falas desorganizadas, nesse processo discursivo, nos permitem analisar o jogo em que o político se confronta com o simbólico. A TV Globo tenta administrar os sentidos pelas simulações de respostas, mas não consegue. Em contraposição, se configura o espaço público, subjetivado na emergência de outros sentidos.

Quando a emissora determina a posição de sujeito-participante e o convoca para ser porta-voz de sua cidade, tenta administrar os sentidos de forma linear, com a lógica das simulações, mas não consegue, como se observa pelas análises.

A materialidade própria da cidade é sustentada, segundo Orlandi (2004), pela quantidade. Ela é constitutiva do processo de significação, ou seja, diz muito da repetição no mesmo lugar. Isso significa que não é possível pensar nessas condições de produção, a inundação, sem relacionar a algo comum na cidade. Porém, se metaforiza nos diversos gestos de interpretação, o que possibilita a falha, a ruptura, a transformação. A matéria simbólica da cidade é historicamente contraditória.

As condições concretas da cidade foram evitadas pela lógica presa nas respostas simuladas. Os sentidos são domesticados pelas condições de produção do que é conhecido e mostrado do Brasil. Silenciam, assim, o que demanda sentido de falta, o real da cidade. Ao contrário dessa tentativa, a Análise de Discurso propõe expor o nosso olhar para a opacidade, como nos próximos recortes, em que conseguimos perceber as falas desorganizadas do cotidiano, que demandam sentidos, o processo discursivo ao irromper a diferença.

R21

Figura 22: Ibiquera – BA. Vídeo do participante Nadson dos Santos.



Fonte: G1. *O Brasil que eu quero para o futuro.*

R22

Figura 23: Congonhinhas – PR. Vídeo da participante Gabriella Jardim.



Fonte: G1. *O Brasil que eu quero para o futuro.*

Comprendemos nesses recortes, a cidade como parte de um processo discursivo que envolve materialmente eventos diferentes, o que rompe com a lógica das simulações de homogeneidade e constitui novas formas sociais enquanto representa um real deslocamento dos modos de significar a cidade.

No R21, o que significa a cidade é a imagem de uma estrada de terra repleta de lixo. O que aciona a memória discursiva de uma realidade no país, os lixões presentes nos municípios.

No R22, a imagem ao fundo é um caixão e, acima dele, uma faixa preta com o enunciado “Aqui perdemos uma parte de nós. Não queremos essa dor a você”, significando, assim, a cidade enquanto violência, as mortes, as perdas.

Nesses dois recortes, em relação à proposta, compreendemos o funcionamento da metáfora. Entendemos metáfora, como Orlandi (2001) nos explica, enquanto transferência de sentidos e não desvio, pois, quando analisamos a lógica das simulações, o R17, em relação ao R21 e R22, compreendemos o trabalho produzido pelo deslize, pelo efeito metafórico, lugar da historicidade e da interpretação.

O funcionamento do efeito metafórico é característico da ordem do simbólico. Nas condições de produção desses recortes ainda é possível compreender a cidade como um espaço simbólico em que se materializa o confronto entre o poder público e o sujeito-participante.

De um lado, há a mídia, o poder público que tenta administrar os sentidos do que é mostrado de cidade. A mídia, nesse projeto, reproduz um imaginário de Brasil, e de outro lado, encontra-se o que o sujeito-participante compreende de cidade, a morte, o luto, a luta, a sujeira, o descaso...

Podemos compreender a cidade, pensando discursivamente, como um espaço urbano de produção, ou seja, espaço de disputa, de circulação de sentidos.

Trabalhar com discurso urbano, desse ponto de vista, é concebê-lo como efeitos de sentidos resultantes das interações entre posições de sujeito distintas no espaço da cidade. Lembremos, aqui, que não se trata de sentidos autônomos ou transparentes em si mesmos, mas sim de sentidos enquanto efeitos constitutivos das práticas sociais que se materializam na linguagem. Assim sendo, a questão da produção/circulação/disputa de sentidos é uma questão crucial quando se analisa o discurso urbano (MARIANI, 2000, p.17).

Dito isso, nesses recortes é possível analisar o modo como os sentidos são produzidos da/na cidade em termos de práticas discursivas que organizam as relações cotidianas. A cidade vai significando a vida do sujeito-participante e não apaga a heterogeneidade social. Nessa relação, foram sendo configurados discursivamente outros sentidos em relação ao discurso da Globo. Na proposta, a emissora projeta o imaginário de cidade. Porém, conseguimos observar a materialidade própria da cidade:

Essa materialidade própria da cidade tem, segundo o que penso, uma ancoragem simbólico-política na quantidade. Isso quer dizer que a quantidade é constitutiva do processo de significação da cidade e da cidadania: a cidade supõe muitos do mesmo no mesmo lugar. Essa ancoragem simbólico-política da cidade se metaforiza nos diferentes gestos de interpretação da cidade em seus diferentes modos de significar nos sujeitos e na história. No entanto, a quantidade se metaforiza mal e o que seria a “falha” que faz parte da transformação se transmuta em violência porque não é acolhida pela história (ORLANDI, 2004, p. 81).

Essa materialidade própria da cidade tem uma ancoragem simbólica-política. A cidade enquanto um lugar real de significação e que possibilita a transformação. O modo como o sujeito-participante significa a cidade é atravessado pelas condições de produção. Nesse processo discursivo, as falas desorganizadas auxiliam na análise do jogo linguístico-histórico, que possibilita a repetição e o trabalho da criatividade (ORLANDI, 2004). A partir disso, conseguimos compreender a opacidade da linguagem, o modo como se produzem os sentidos diante da pergunta e das respostas para *O Brasil que eu quero*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O MESMO E O DIFERENTE

Chegamos às considerações finais com mais perguntas do que respostas, o que demonstra o mar de desdobramentos dessa pesquisa. Por isso, não podemos deixar de pensar o acréscimo nessa dissertação. Ao iniciar as aulas do mestrado, procurávamos luzes, pois pensávamos apenas no ponto final e não levávamos em conta a incompletude da linguagem. Nossa intenção inicial é muito própria do imaginário social, de que se houve um início no trabalho, é necessário chegar a um fim e, por isso, por um ponto final.

Porém, à medida que nos aproximamos dos desdobramentos da pergunta, da interrogação *Que Brasil você quer para o futuro?*, juntamente com a análise do próprio nome do projeto *O Brasil que eu quero*, ficamos diante de mais perguntas, mais questões.

Do ponto de vista da linguagem, ficamos diante do processo discursivo do mesmo e do diferente. Ambos, dados a ver, não por uma separação entre eles, como se fosse possível indicar o limite de um e de outro, mas pela tensão instalada pelo movimento dos dois.

Também nos deparamos com “O Brasil que eu NÃO quero” como forma de resposta ao *Brasil que eu quero*, chamando a atenção para os sentidos de falta. O Brasil que falta, a estrada pavimentada, que falta, o hospital com uma assistência de qualidade que falta e outras materializações dos sentidos de falta que apareceram nos discursos dos sujeitos-participantes.

Ficamos diante assim “de um mundo que não é neutro, uma língua que têm sua resistência, sua ordem, em uma palavra” (ORLANDI, 2010, p. 109). Por isso, é tão necessário a reflexão sobre o político e o simbólico para compreender o valor dessa dissertação, não por conta dos coadjuvantes que escreveram as palavras aqui contidas, mas dos protagonistas que produziram diversos discursos e diversas formas de resistir em um país que não os enxerga.

Não chegamos a um ponto de final. Mas, observamos aqui como, a partir de uma interrogação – *Que Brasil você quer para o futuro?* –, milhares de respostas foram elaboradas e enviadas a uma emissora de televisão. Ou seja, que há perguntas para as quais muitos querem dar respostas.

A partir das respostas, compreendemos mais uma vez como a linguagem não é transparente e como o sujeito interpreta de acordo com as condições de produção, por isso, suas especificidades.

Ao longo desse percurso, trabalhamos com a amplitude do dizer. (Ao pensar em paráfrase e polissemia, em sua tensão, união, diferença e aproximação no discurso).

O ponto de interrogação, que desencadeou a produção de sentidos, possibilitou a realização de análises para que pudéssemos compreender o processo de textualização do

discurso contido em cada formulação. Em vista disso, vale lembrar a pontuação por sua importância, enquanto funcionamento da linguagem, pois ela também é traço da significação (ORLANDI, 2010).

Por isso, através dessa pesquisa, que também tem início com a interrogação, encontramos a oportunidade de trabalhar a linguagem e sua complexidade em suas diversas relações. Assim, compreendemos uma forma de resistir ao explicitar, que os discursos sempre estão em jogo no movimento entre paráfrase e polissemia.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Aline Fernandes de. **Cartografias do corpo**: metáforas contemporâneas da sutura e da cicatriz. 2013. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270661>. Acesso em: 25 de abril de 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BHAGAT, Rahul E HOVY, Eduard. What Is a Paraphrase? **Computational Linguistics**, USA, 39 (3), p. 463-472, Set. 2013. Disponível em: <https://direct.mit.edu/coli/article/39/3/463/1434/What-Is-a-Paraphrase>. Acesso em: 15 de mai. 2020.

COSTA, Greciely Cristina da. Ordem no Congresso: o mesmo e o diferente, **Al Online**, UNESP – Assis, 9 (1), p. 10-21, 2009. Disponível em: <http://www2.assis.unesp.br/cilbelc/jornal/maio09/content17.html>. Acesso em: 20 de abr. 2020.

COSTA, Greciely Cristina da. **Discursos sobre a milícia**: nomes, vozes e imagens em movimento na produção de sentidos. 2011. 166 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudo da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270665>. Acesso em: 22 de mar. 2021.

COSTA, Greciely Cristina da. A palavra do ano é uma imagem, **Fragmentum**, UFSM, Santa Maria – RS 1 (48), p. 89-103, Jul./Dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/23308/15107>. Acesso em: 25 de mar. 2020.

COSTA, Greciely Cristina da. Das imagens desorganizadoras na cidade ao confronto do simbólico com o político, **E-Metropolis** - Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, UFRJ, Rio de Janeiro – RJ, 1 (35), ano 9, p. 46-54, Dez. 2018.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz, 2006.

DELA-SILVA, Silmara Cristina. **O acontecimento discursivo da televisão no Brasil**: a imprensa na constituição da TV como grande mídia. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/271055> Acesso em: 4 de abr. 2020.

FUCHS, Catherine. Paráfrase Lingüística – Equivalência, Sinonímia ou Reformulação? In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, nº 8, 1985, p. 129-134.

G1. **O Brasil que eu quero para o futuro**. Disponível em: <https://g1.globo.com/o-brasil-que-eu-quero/playlist/o-brasil-que-eu-quero-videos-exibidos-de-4-a-10-de-marco-nos-telejornais.ghtml> Acesso em: 4 de abr. 2020.

G1. **Especiais**. O Brasil que eu quero para o futuro. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/o-brasil-que-eu-quero/2018/videos/>

IBGE. **Dados demográficos da cidade de Belágua-MA.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/belagua/panorama>. Acesso em 1 de mai. 2021.

LAGAZZI, Suzy. Paráfrases da Imagem e Cenas Prototípicas: em torno da memória e do equívoco. In: Giovanna Flores; Nádia Neckel; Solange Gallo. (Org.). **Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia.** 1.ed. Campinas: Pontes, 2015, v. 1, p. 177-189.

LÉON, Jacqueline; PÊCHEUX, Michel. Análise Sintática e Paráfrase Discursiva. Tradução de Claudia Pfeiffer. **Análise de discurso** – Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2011. p. 163-173. Tradução de Analyse Syntaxique et Paraphrase Discursive, 1982.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso** – (Re)Ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. 42ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Leitura.** 1. ed. Campinas: Unicamp, 1998a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Paráfrase e Polissemia: a fluidez nos limites do simbólico, **Rua**, Campinas, 1 (4), p. 9-19, 1998b. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640626/8177> . Acesso em: 12 de mar. 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Texto:** formação e circulação do sentido. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Cidade dos Sentidos.** Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Introdução às ciências da linguagem:** discurso e textualidade. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à Vista** – Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso:** princípios & procedimentos. 8 ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Políticas Institucionais: a interpretação da delinquência, **Bolema**, Rio Claro, 23 (36), 14p, Ago. 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio. In: Guilherme Carrozza; Mirian dos Santos; Telma Domingues da Silva. (Org.). **Sujeito, Sociedade, Sentidos.** 1ªed.Campinas: RG Editora, 2012, v. 1, p. 11-28.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (*AAD-69*). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Mariani, B. Campinas: UNICAMP, 1990. p. 61-161.

PÊCHEUX, Michel. Leitura e Memória: projeto de pesquisa. In: ORLANDI, E. (Org.), **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux - textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2011.

PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. 3.ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel.; FUCHS, Catherine. (1997). A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T.(org). **Por uma análise automática do discurso**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp p.163-252.

RAMOS, Roberto; FREITAS, Fernanda Lopes de. Rede Globo de Televisão: 50 anos – a integração cultural e ideológica. **Revista Alterjor**, 11(1), p. 16-35, 2015. Recuperado de: <http://www.periodicos.usp.br/alterjor/article/view/aj11-crt1>. Acesso em: 12 de mar. 2020.

ROBIN, Régine. A cor do esquecimento: da desconstrução de lugares ao apagamento de vestígios. In: **Memória Saturada**. Campinas: Editora UNICAMP, 2016.

RODRIGUEZ, Carolina Alcalá. A linguagem e a construção da “Evidência do Mundo”. In: RODRIGUES, E.A.; SANTOS, G.L. dos; CASTELLO BRANCO, L.K.A. (Orgs.) **Análise do Discurso no Brasil**: Pensando o impensado sempre – uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: Editora RG, 2011.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Lisboa: Leya, 2016.

VILA, Marta; MARTÍ, Antonia. **Paraphrase Concept and Typology** A Linguistically Based and Computationally Oriented Approach. 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/272879570_Is_This_a_Paraphrase_What_Kind_Paraphrase_Boundaries_and_Typology. Acesso em 25 de jun. 2021.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. Acontecimento, arquivo, memória: às margens da lei. **Revista Leitura**: Discurso: História, Sujeito e Ideologia, 1 (30), p. 175-200, Jul./Dez. 2002.